

Félix Rodrigo Mora



**O ATRASO POLÍTICO
DO NACIONALISMO
AUTONOMISTA GALEGO**

Reflexões sobre *O atraso económico de Galicia*

EDIÇÕES DA TERRA

Félix Rodrigo Mora

**O ATRASO POLÍTICO DO
NACIONALISMO AUTONOMISTA GALEGO**

Reflexões sobre *O atraso económico de Galiza*

EDIÇÕES DA TERRA



CREATIVE COMMONS LICENCE
Atribuição-Usos Não Comerciais-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0

O utilizador pode copiar, distribuir, exibir e executar a obra* sob as seguintes condições:

① **Atribuição.**

O utilizador deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.

② **Uso Não Comercial.**

Não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

③ **Vedada a Criação de Obras Derivadas.**

Não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

- * Para cada reutilização ou distribuição, deverá deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- * Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que obtenha permissão por parte do autor.

Esta licença não limita de forma alguma os direitos legais e morais dos autores.

© Félix Rodrigo Mora, 2011.

Tradução: Alberte de Esteban e Bruno Ruival
Editorialização: Iolanda Mato Creo

Primeira edição: Unión Libertaria (2010).
Primeira edição de Edições da Terra: outubro de 2011.

EDIÇÃO NÃO COMERCIAL

Publicado por:

edições da terra

Um selo editorial do Partido da Terra (PT)
<http://www.partidodaterra.net>
info@partidodaterra.net

Conteúdos

| | |
|--------------------------------------|-----|
| Prólogo | 7 |
| De espanhol para galego | 9 |
| O quadro político e económico | 13 |
| A ruralidade galega | 19 |
| Os efeitos da liquidação do “atraso” | 51 |
| Galiza e a questão nacional | 71 |
| Conclusão provisória | 107 |

Prólogo

A publicação no já longínquo ano de 1973 de “O atraso económico de Galiza”, de Xosé Manuel Beiras, catedrático de Estrutura Económica da Universidade de Compostela, significou um marco histórico no pensamento económico e, sobretudo, na vida política galega, por mais que a sua magnificação fosse, em primeiro lugar, um acontecimento prefabricado¹ pelas muito poderosas forças políticas e económicas que estavam por trás de dita obra, a situar no enquadramento dos acontecimentos da sua época, sobretudo, no contexto dos Planos de Desenvolvimento do franquismo, aos quais em definitivo pertence.

“O atraso económico de Galiza” fundamenta-se numa bibliografia escassa, pouco substancial e deficientemente elaborada, fornece um aparelho argumental apoucado e manifesta um conhecimento reduzido da realidade que pretende analisar, sobretudo da agrária, no seu passado e presente. É, aliás, uma repetição, ou melhor dito, uma tradução, embora simplificada, de castelhano para galego, de obras anteriores do seu autor, “El problema del desarrollo en la Galicia rural”, de 1967, e “Estructura y problemas de la población gallega”, de

¹ Um dos muitos livros e escritos, em geral, que fizeram de interessada caixa de ressonância daquele texto foi ““O atraso” e nós. Aportacións pra un debate encol do atraso económico de Galicia”, VVAA, 1982.

O atraso político do nacionalismo autonomista galego

1970, nomeadamente da primeira, talvez a melhor, de que "O atraso económico de Galiza" é uma recriação, com frequência quase literal, nos capítulos mais importantes.

De espanhol para galego

O livro considerado manifesta uma conversão do autor a um verdadeiro galeguismo militante (depois ver-se-á qual), porquanto anteriormente tinha publicado em castelhano, exteriorizando sempre a mesma ideia fixa, que o "atraso económico" era –e, ao que parece, segue a ser– o problema número um da Galiza, a resolver por meio de um programa de acelerado desenvolvimento económico, em que a industrialização desempenhava a função principal. Para ele, a meta final é uma Galiza modernizada, convertida numa potência industrial, com um nível muito alto de renda por pessoa, um elevado consumo e um estatuto mundial de grande nação, dentro dos seus condicionantes demográficos e geográficos, em tudo similar a Holanda, Dinamarca e outros países europeus, embora sem independência política, pois Beiras declara-se, primeiro, partidário de um "pacto federal" de peculiar natureza e, posteriormente, do regime das autonomias que se fundamenta na Constituição Espanhola de 1978, por mais que de vez em quando lance alguma enxurrada verbal contra ele, sem consequências pelo demais.

Para atingir tais propósitos elabora a teoria do domínio "colonial" da Galiza por Espanha, causa pela qual a primeira não tenha podido desenvolver-se no industrial e financeiro, ao ter sido convertida em fornecedora de matérias

primas e mão de obra, daí que o setor agrário seja tão substancial nela, situação que lhe desagradava, devido a que concebe de facto ao campesinato galego popular tradicional incompatible com o seu projeto modernizador. Conforme confessa, toma a teoria do “colonialismo” de certos autores franceses que, ao estudar a pretendida situação de atraso e subdesenvolvimento económico de certas áreas do hexágono (território europeu submetido pelo Estado francês), concluem que estão reduzidas a uma exploração de tipo “colonial”. No entanto, também pesa em tal elaboração teórica a situação mundial dos anos 60, marcada pelas “lutas de libertação nacional” contra o colonialismo, já nesse tempo residual, das quais Argélia, aludida nalguma ocasião por Beiras, foi particularmente influente, pois este país conheceu a independência formal em 1962 embora, na realidade, passou de uma forma de dependência colonial a outra *neocolonial*, com o FLN (Frente de Libertação Nacional) como novo partido único e, por tanto, totalitário, explorador e antipopular, em definitivo, às ordens dos EUA e da França.

Visto que pesquisar e expor a verdade não fazem parte dos seus propósitos e a fim de oferecer uma imagem o mais alarmista possível do presumível “atraso” rural da Galiza, o livro citado ignora quase por completo as grandes mudanças que tiveram lugar no agro galego desde os inícios do século XIX devido, em primeiro lugar, à pressão do Estado liberal espanhol, estatuído conforme à Constituição de 1812. Ditas mudanças tinham introduzido, em certa medida, os relacionamentos mercantis, a propriedade privada capitalista e o uso do dinheiro, bem como a maquinaria, adubos químicos e utilização de fitossanitários. Isso põe em evidência que o livro é um *panfleto* ao serviço do desenvolvimentismo e industrialismo promovido pelo regime franquista, o qual utiliza o idioma galego para fazer com que tais sistemas de ideias acedam melhor ao universo agrário da Galiza, fazendo-as assim mais eficazes.

Há de considerar-se que essa obra, presumivelmente muito radical, antifranquista e em galego, passou a censura do regime de F. Franco. Conquanto é certo que nesta época começavam a se editar algumas obras que discordavam do discurso do regime, também é verdade que outros livros, em todos os idiomas falados pelos diversos povos submetidos pelo Estado espanhol, não podiam ser editados. Efetivamente, os textos anteriores de dito autor, em castelhano, eram por isto mesmo inapropriados para influir na sociedade popular galega, não serviam para introduzir nela, com o suficiente poder de penetração, as atrozes formulações da “ciência económica”, que com tanta devoção exalta Beiras nos seus escritos. Por tanto, era necessário mudar de idioma, e de nome, embora não de pensamento nem de adesões, pois foi sempre, enquanto profissional (não é esta uma crítica à pessoa, mas à função), um professor-servidor público, um servidor desde o seu posto como catedrático de Estrutura Económica dos interesses fundamentais de ordem empresarial e do aparelho institucional espanhol² de maneira que, quando atua como político e se declara nacionalista, está a manobrar para que o seu credo desen-

² Isto expressa-se no voluminoso livro “Estudos en homenaxe ao profesor Xosé Manuel Beiras Torrado”, onde escrevem no seu louvor um certo número de colegas, editado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Santiago de Compostela em 1995. O facto de que aos intervenientes lhes pareça excelente a obra de Beiras, de tão escassa qualidade (acerca dos temas que trata há publicados dúzias de livros muito melhores, em galego e em castelhano, embora nenhum tenha atingido fama), põe em evidência a mediocridade do estamento académico, ou, antes, a maneira como é subordinado aos interesses estratégicos fundamentais do capital e do Estado espanhol. Pelo demais, o seu entusiasmo pela “ciência económica” talvez ficasse temperado com a leitura de, ponhamos por caso, “Las mentiras de la ciencia”, de Federico di Trocchio embora, enquanto estas mentiras resultem politicamente úteis, serão apresentadas por catedráticos e professores como as verdades mais puras e inegáveis.

volvimentista, tecnoentusiasta, progressista³, capitalista e industrialista afeiçoe melhor o sujeito galego médio.

³ Uma crítica fundamentada ora do progressismo, como ideologia que utiliza a tecnologia para atentar contra a liberdade e condição humana, ora da própria tecnologia, encontramos-na em "Antología de textos de Los Amigos de Ludd", que recolhe 18 trabalhos deste coletivo, a que pertenci até a sua autodissolução em 2007. Desde tais postulados deve-se dizer que a obra do catedrático Beiras, além dos seus erros específicos, expressa uma conceção já antiquada (no presente são os serviços, não a industrialização indiscriminada, o próprio dos países ricos), a que talvez se possa qualificar de paleo-modernidade.

O quadro político e económico

Para velar as metas e propósitos da obra analisada, o seu autor nada diz sobre o âmbito político e económico dominante na Espanha do franquismo, nomeadamente nos anos 60 e primeiros 70 do século passado. Para superar essa falta, far-se-á agora uma breve exposição. O regime de Franco, ansioso de converter a Espanha numa potência mundial, pelo menos de segunda linha, promoveu desde os seus primeiros dias a industrialização e tecnificação. Depois dos avanços industrialistas dos anos 50, bastante notáveis, e reorganizada depois a economia através do Plano de Estabilização de 1959, desenhado e realizado sob os auspícios dos organismos económicos internacionais manejados pelos EUA, o fascismo espanhol passou à imposição de uma política desenvolvimentista explícita, com o recurso da planificação económica indicativa.

Isto concretizou-se nos Planos de Desenvolvimento Económico e Social, o I Plano vigente durante 1964-67, o II em 1968-71 e o III em 1972-73. Os seus fins eram levar para a frente a industrialização, pôr fim ao suposto atraso, liquidar o mundo rural popular tradicional, que era apresentado como o mais substantivo de dito "atraso" e como a causa de quase todos os males e carências, desenvolver o capitalismo, fomentar o poder da banca, estender o âmbito de ação do mercado, a circulação

monetária, a bancarização e a acumulação de capital, estatuindo aliás a sociedade de consumo de massas e *alargando os rendimentos fiscais percebidos pelo ente estatal espanhol*, o qual fortalecia de forma notável o regime de Franco. Há que ter em conta que o franquismo foi mais uma ditadura dos técnicos, dos engenheiros, dos economistas, dos experientes e dos tecnocratas, desde o primeiro momento, com os militares como fundamento, que do clero e do falangismo. De facto, na raiz da guerra civil estão mais os projetos daqueles do que as formulações do sempre débil fascismo civil espanhol.

Ditos fins são exatamente os que a obra examinada preconiza para a Galiza, de maneira que não há inconveniente gnoseológico em situá-la no quadro do III Plano de Desenvolvimento franquista, como uma aplicação particular à muito peculiar e diferenciada realidade galega, com a qual estavam preocupados os hierarcas do regime, precisamente porque, apesar das muitas e contínuas pressões, coações e repressões, o povo galego, sobretudo o seu núcleo decisivo nesse tempo, a população rural, se resistia a ser modernizada com um vigor e eficácia que só pode suscitar admiração nas pessoas amantes da liberdade, magna epopeia de que depois dizer-se-á algo mais. Efetivamente, de todos os povos submetidos pelo Estado espanhol, o galego, porquanto rural e agrário, caracterizou-se por afirmar com mais determinação a sua essência particular, estilo de vida, idiosincrasia, língua, cosmovisão e escala de valores, até se converter num grave problema para Madrid que, em vista dos limitados resultados conseguidos pelas políticas modernizadoras, teve que acudir a medidas extraordinárias, de tipo político, ideológico, académico e linguístico, para contribuir a dominar a resistência.

Um texto que expõe a ortodoxia do regime franquista, "Congreso regional de la emigración gallega", Santiago 1965, enumera os "males" que afetam a Galiza: reduzida renda por pessoa, um setor industrial pouco desenvolvido,

um mundo agrário “atrasado” e quantitativamente dominante, escassa significação dos relacionamentos capitalistas e baixa tecnificação, tudo já estigmatizado num documento oficial anterior, de pedagógico título, “Posibilidades del desarrollo económico-social de Galicia”⁴. A sua leitura evidencia a verdade mais indubitável: o que propõem em nada importante (e inclusive em muito poucos assuntos secundários) se diferencia do auspiciado pelos livros e outros textos de X.M. Beiras. É preciso salientar que o último trabalho citado é obra do sindicalismo vertical falangista, pois está elaborado pelo “Consejo Económico Sindical del Noroeste” e editado em Compostela em 1964. Tais são, muito provavelmente, as fontes diretas de inspiração daquele autor.

O franquismo foi uma forma monomaniaca de desenvolvimento e industrialismo, verdade negada pela esquerda institucional (hoje a expressão política principal do capital) e o progressismo estatolátrico, para velar o evidente, que têm as mesmas metas estratégicas que o regime de Franco, mas que já hoje começa a ser admitida⁵. Após a sua derrota perante os EUA, em 1898, o Esta-

⁴ O seu estudo faz-se em “Galicia: éxodo y desarrollo”, de Alberto Míguez, 1967, uma obra de bastante mais qualidade analítica que a de Beiras, mas que, ao não estar escrita em galego e ao não apresentar a tarefa de desenvolver o capitalismo (espanhol) na Galiza (por tanto, também os rendimentos fiscais do Estado espanhol) como *um dever “patriótico galego”*, não encontrou, o qual é compreensível, o apoio unânime e persistente das instituições nem, por tanto, o aplauso de certas gentes que se creem radicais, mas que se limitam a exaltar em cada momento o que o poder constituído lhes ordena para exaltar.

⁵ Um livro que, mais ou menos, expõe a verdade ao respeito é “La España de Franco (1939-1975). Economía”, C. Barciela e outros. Útil também é, para este assunto, “Ejército e industria: el nacimiento del INI”, de Elena San Román. Um texto iluminante é “La industrialización, obra evidente y preeminente del régimen de Franco”, 1952, de Juan Antonio Suanzes, galego, engenheiro, militar, duas vezes ministro de Franco, redator de alguma das leis fundamentais do regime e fundador do INI (hoje SEPI) em 1941, o bloco mais importante do capitalismo de Estado, cuja cosmovisão e ideário, no âmbito do económico, são impos-

do espanhol pugnou por recuperar o seu estatuto de grande potência imperialista promovendo por todos os meios o desenvolvimento económico e a industrialização, tarefa que colidiu com a resistência das gentes do agro, em todos os territórios submetidos a ele, sim, mas muito designadamente na Galiza. O franquismo levou até as suas últimas consequências esse desígnio modernizador, pelo qual teve a esta nação, à sua ruralidade, como um grande problema, a resolver por meio de uma combinação de pressão legislativa, força policial e astúcia política. Por isso, quando constatou que, apesar de todos os esforços realizados durante a década de 60, em 1971 ainda 48% da população ativa da Galiza pertencia ao setor agrário (outras fontes dão uma percentagem muito maior, inclusive), frente a 27% de todo o âmbito estatal, concluiu que deviam ser preparados novos e muito originais instrumentos para a desintegração e trituração do mundo agrário galego, por tanto, para dar um golpe fundamental ao povo galego como tal. Esse é o quadro em que se forjou "O atraso económico de Galiza". Até tal ponto é uma obra que recompila e sintetiza o feito então nas instituições que a sua declaração a favor da planificação económica pode ser explicado a partir do investido em "Planificación agraria na Galicia da autarquía (1939-1955)", de A. Bernárdez Sobreira.

Uma feição do industrialismo que se deve ressaltar é que está sempre ligado ao totalitarismo político, pois a industrialização requer "lei e ordem" em grau superlativo, de maneira que exigir um é defender outro. Quando na

síveis de diferenciar dos argumentos industrialistas de certo autonomismo galego, que se põe em evidência lendo a cuidada biografia daquele, realizada por A. Ballesteros, "Juan Antonio Suanzes, 1891-1977: la política industrial de la posguerra", 1993. Uma análise recente do desenvolvimentismo franquista, cheio de tiques progressistas e crenças social-democratas, mas útil no fáctico, é "Entre el mercado y el Estado. Los Planes de Desarrollo durante el franquismo", J. da Torre e outros.

URSS, ao pouco de realizar a revolução, foi escolhido, pelas chefias políticas recém puladas ao poder, a via da industrialização acelerada, escolheu-se implicitamente a criação de um aparelho estatal que disciplinasse e vigiasse a mão de obra, donde saiu a nova burguesia e novo artefacto estatal que hoje dominam na Rússia. Naquele livro insinuase o assunto, apresentado de maneira positiva, embora com a necessária dobrez e precaução, adequando-o às condições de Espanha e da Galiza. O indubitável é que não há indústria a grande escala sem Estado onipotente, sem esmagamento das liberdades, sem multiplicar os corpos policiaais, sem fazer crescer o sistema judicial e encher os cárceres, sem a doutrinação e o embrutecimento planificado das massas, sem um organismo descomunal para a arrecadação de impostos, uma parte dos quais chega depois aos industriais e empresários como subsídios, ajudas e concessões, de muito variada natureza. Por isso todos os autores industrialistas, todos os tecnocratas em geral, são adversários da liberdade. De facto, uma das causas da guerra civil foi a necessidade de estatuir uma sociedade hiperdisciplinada de forma autoritária, apta para realizar um rápido processo industrializador.

A ruralidade galega

De ajustarmo-nos aos trabalhos de Beiras, o que chegamos a compreender dela é muito pouco, e este pouco notavelmente alterado conforme aos seus apriorismos doutrinários. Assinalou-se que aquele se nega a admitir os progressos que o capitalismo, induzido pelo Estado espanhol, tinha realizado no campo galego antes de 1960, focagem acertada, mas ao mesmo tempo parcial, pois o mais grave das suas formulações é que não permitem compreender quase nada da realidade social agrária e rural que tem perante si, cegado como está pelos dogmas da economia académica, um sistema de crenças de uma rigidez, afastamento da realidade, adesão cega ao *statu quo* e ausência de verdade formidáveis. O seu entusiasmo desenvolventista leva-o a deixar de lado ou, talvez, a desejar apagar da memória coletiva para sempre, inclusive o que Castelão expõe acerca do universo rural galego em, por exemplo, "Sempre en Galiza", sem esquecer "La aldea gallega", de N. Tenorio, nem também o que L.M. García Maña expõe acerca do *concelho aberto galego* numa área bem singular, no livro "Couto Misto: unha república esquecida", ou "Concellos abertos na Limia", de X. Fariña Jamardo. Isto, por si mesmo, põe em evidência o suspeito do nacionalismo de Beiras, que é pouco mais que uma ideologia de circunstâncias para melhor publicitar o que lhe interessa verdadeiramente.

te, promover a industrialização, engordando com isso o Estado (espanhol) por via fiscal.

A análise imparcial dos factos mostra, por um lado, que o universo agrário galego conheceu mudanças sucessivas desde começos do século XIX, que o fora integrando no capitalismo. A ação do Estado espanhol foi determinante nisso, o que alguns autores destacam, assinalando que a forte pressão tributária, ao se manifestar aliás como exigência de pagamentos em dinheiro⁶, rompeu de maneira crescente o sistema de autoabastecimento (incompleto, pois deu-se sempre uma extensa troca e uma certa circulação monetária) anteriormente existente. É de justiça ressaltar que Beiras, na obra mencionada, está no certo

⁶ Em "La economía de Galicia, 1800-1940", J. García-Lombardero, parte de "I^{as} Xornadas de historia de Galicia". Uma análise também iluminante se encontra em "La integración de la agricultura gallega en el capitalismo. El horizonte de la C.E.E.", de J. Colino Sueiras, em "Labregos con ciencia: estado, sociedade e innovación tecnolóxica na agricultura galega, 1850-1939", L. Fernández Prieto; "Innovación tecnolóxica na agricultura galega", VVAA e em "La propiedad de la tierra en Galicia (1500-1936)", por R. Villares, "A propiedade comunal no século XIX: estudio preliminar", Xesús L. Balboa López, entre outros. Mas, atenção, nenhum deste livros, produzidos pelos funcionários académicos que, por isso mesmo, carece de liberdade para pesquisar e expor a verdade, visto que se deve ao seu poderoso mandante, o Estado (espanhol), quando não ao empresariado que financia os seus projetos investigadores em ocasiões, expõe a história económica e agrária da Galiza com a necessária objetividade e imparcialidade, nem muito menos. Quatro defeitos, pelo menos, têm tais trabalhos e tais autores. Um é a sua adesão ao sistema atual de ditadura constitucional e parlamentarista espanhola. Um segundo a sua obstinada estatolatria. O terceiro a sua mentalidade desenvolvimentista, social-democrata, progressista e antirrevolucionária. Finalmente, o seu afastamento da vida das classes populares, encerrados na torre de marfim das cátedras e dos livros. O resultado de tudo isso é um discurso pobre em verdades, mas muito rico em noções propagandísticas e doutrinadoras, que se dirigem a anular a liberdade de consciência dos seus leitores. Isso não quer dizer que uma parte dos dados e algumas reflexões parciais acertadas que se encontram neles não sejam admissíveis e, inclusive, encomiáveis, mas sim que o conjunto dos conteúdos carece de verdade. Portanto, a sua leitura tem de ser sempre crítica e cética.

quando assinala que os pagamentos à Segurança Social Agrária que o franquismo tinha imposto recentemente ao campesinato cumpriam a função real de um incremento do ónus tributário que aquele sofria, o qual prejudicaria o que, arbitrariamente e com desdém, denomina as “explorações precapitalistas de subsistência” próprias da Galiza, na realidade uma ordem socioeconómica magnífica, embora nem perfeita nem idílica, claro está. Mas o assunto vai bem mais longe, pois é a pressão fiscal imposta pelo Estado espanhol constitucional e parlamentar, que desde o Triénio Liberal tinha, aliás, de se satisfazer exclusivamente em numerário (que o campesinato não possuía e que devia adquirir no mercado, em troca de entregar uma quantidade crescente de bens), o que vai provocar, como causa principal, a monetização e mercantilização passo a passo da sociedade rural popular tradicional galega, isto é, a sua aniquilação ao final de dito processo.

Isto, unido à implantação, a viva força, também pelo ente estatal, da propriedade privada capitalista no campo, através da modelagem jurídica da proterva obra de Jovellanos “Informe de Ley agraria”, de 1795, que foi feita através de duas normas legais, o Decreto de 1813 e, sobretudo, a Ley de Desamortización Civil de 1855, impostas a ponta de baioneta. Assim foram criadas as condições para a expansão do sistema empresarial, com declive continuado da produção agrícola, pecuária, pesqueira e silvícola de autoabastecimento, e decadência da *indústria rural doméstica*⁷,

⁷ O livro de Joám Carmona “El atraso industrial de Galicia. Auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900)”, fornece os dados básicos acerca desta questão. Foi o Estado (espanhol) quem, ao realizar a divisão territorial do trabalho nos espaços baixo o seu domínio, especializou a Galiza na função de abastecedora de matérias primas e alimentos, da mesma maneira que situou a indústria pesada em Euskal Herria e a indústria têxtil na Catalunha. Esta última foi favorecida e subvencionada de muitas maneiras, diretas e indiretas, desde o século XVIII, para atrair as classes altas catalãs que, na guerra de Secessão, tinham sido maioritariamente hostis. Com esse propósito

outrora tão magnífica na Galiza. Isso manifesta-se na exportação a grande escala de gado bovino para os mercados ingleses que, entre 1842 e 1900, vai colocar ali umas 560 000 cabeças, e para as grandes urbes (sobretudo a Madrid, o grande espaço urbano em que se organiza e concentra o artefacto estatal espanhol, com o qual se torna mercado principal, mas também a Barcelona), onde chegaram por caminho-de-ferro, entre 1907 e 1931, nada menos que 3,7 milhões de cabeças de bovino galego. Nesse tempo foi também particularmente ativa a produção de batatas e vinho para o mercado espanhol, visto que demonstra que o mercantil e monetário, por tanto, o capitalista, estava já bem assentado no agro galego desde o século XIX.

É importante destacar a muito negativa função desempenhada por um dos constituintes decisivos da modernidade, o caminho-de-ferro, em relação com a Galiza. Desde que em 1887 ficou unida com Madrid por comboio as condições de existência das classes populares pioraram, pois a saca de alimentos e matérias primas se acelerou, criando situações de escassez relativa. Contribuiu de maneira notável à mercantilização e monetização da agricultura, isto é, à destruição da sociedade rural popular tradicional galega, que é um genocídio executado pelo poder institucional espanhol, com ajuda de quem têm a vitupeação do "atraso" como especialidade muito bem remunerada. Além disso, e sobretudo, o caminho-de-ferro reforçou a dominação espanhola sobre a Galiza, tornou bem

(na contramão do que propõe essa errónea fé que é o economicismo, a economia, na vida real, costuma subordinar-se a fins políticos), não duvidou em arruinar a indústria espanhola, por exemplo, a têxtil de Palencia, a área mais manufatureira do que hoje se chama oficialmente Espanha até princípios do século XIX e que depois foi transformada num território agrícola e pecuário. Agora bem, depois do "Desastre" de 1898, o ente estatal espanhol propôs alargar e acelerar o processo industrializador, incorporando novos territórios, o qual afetou também a Galiza, embora num segundo momento.

mais fácil o transporte de guardas civis, militares, polícias, mestres de escola, juízes, funcionários públicos, engenheiros, politicastos, percetores de tributos e outros agentes do ente estatal espanhol, com grande dano para a língua galega, sobretudo por causa da arribada em massa da imprensa diária de Madrid, em castelhano e espanholista até ao desvario, às capitais provinciais e grandes vilas. O caminho-de-ferro, uma expressão decisiva da modernidade técnica, converteu-se desse modo num instrumento de dominação política, marginação do galego, devastação ambiental e genocídio cultural⁸.

O consumo na Galiza de adubos químicos, fitossanitários, maquinaria e outros produtos fabris foi crescente desde o último terço do século XIX, atividade em que cumpriu uma importante função uma boa parte do movimento agrarista, nas suas muitas manifestações, quase sempre dedicado à compra coletiva de insumos industriais para a agricultura, bastante ativo desde os últimos decénios do século XIX até a guerra civil⁹, nomeadamente desde a promulgação da Lei de Sindicatos Agrícolas de 1906, o qual contribuiu a que as inovações técnicas, agronómicas e químicas, pelo geral, embora não em todas as ocasiões, negativas (não existe a economia, nem a técnica, à margem da política) tivessem uma presença, ascendente, no campo galego desde a primeira das datas citadas. Posteriormente, será a produção láctea que desempenhará uma função de notável

⁸ Para uma análise de conjunto da contribuição do sistema ferroviário ao reforço da *ditadura* constitucional, parlamentar e partidocrática, consultar "Los orígenes del ferrocarril en el Reino de España", F. Rodrigo Moura, em "El TAV y su modelo social", editado por "Asamblea contra el TAV/AHTren Aurkako Asamblada", Euskal Herria 2009.

⁹ Consultar o bem documentado livro "O agrarismo", Miguel Cabo Villaverde. Também, de Dionisio Pereira, "Os montes veciñais en man común e o agrarismo de anteguerra", em "O monte comunal na Galicia contemporánea. Unha historia de resistencia", VVAA, e "Agitacións campesinas na Galiza do século XIX", C.F. Velasco Souto.

importância, como especialização produtiva para o mercado própria do agro galego, situação que se mantém hoje, ainda que muito modificada pela nefasta PAC (Política Agrária Comum). É verdade que, até à década de 50 do século XX, na divisão do trabalho que estabelecem as autoridades espanholas através da sua política económica, secundadas pelo mercado, à Galiza lhe correspondeu a especialização em produtos agropecuários e pesqueiros, que também aconteceu com outros territórios, a Extremadura, ambas as Castelas e vários mais. Inclusive Madrid, como megalópole cabeça do Estado, carecerá de indústria digna de tal nome até à mesma época em que a Galiza começa a ser industrializada pelo franquismo.

Quando se conhece o dado de, em 1900, a Galiza ter 90% de população rural, enquanto que o que poder constituído chama Espanha fica em 66%¹⁰, podem extrair-se duas conclusões contrapostas, conforme as metas e a cosmovisão de cada quem. Para os desenvolvimentistas isso é terrível, pois evidencia o “atraso” da Galiza no âmbito da economia capitalista e tecnificada, o escasso desenvolvimento da grande empresa e da banca, mas para os amantes da liberdade, política e civil neste caso, isso é *magnífico*, pois mede a debilidade relativa do mundo urbano, isto é do aparelho estatal (espanhol) no seu território. Efetivamente, tendo em conta que o ente estatal também (em última instância, sobretudo, pois o seu poder se fundamenta na coação física, isto é, no poder das armas) é uma realidade material que precisa ser realizada sobre um espaço, as cidades cumprem essa função, especialmente as capitais de província, onde se acumula o poder político, militar, policial, judicial, fiscal, administrativo, educativo, linguístico, mediático e dou-

¹⁰ Em “Aproximação a alguns aspectos da história da Galiza, II”, Escola Popular Galega.

tros tipos do Estado (espanhol), bem como se organiza o regime empresarial para o território da província¹¹.

Como a menos poder estatal mais liberdade popular, podemos concluir que nesse tempo a Galiza era *bem mais livre do que agora*, quando sete cidades absorvem mais de um terço da população. Mas se não amamos, valorizamos e apreciamos a liberdade, como podemos observar em “O atraso económico de Galiza” e no resto dos escritos do seu autor, consideramos que o ser humano se realiza ao cem por cento no consumo, na riqueza material, no trabalho assalariado, no desenvolvimento económico e no progresso tecnológico, isto é, se o consideramos um simples estômago sem cérebro nem alma, então podemos compreender estas focagens. Neles aninha algo tremendo, a negação da condição humana enquanto humana para a afirmá-la como sub-humana. Em realidade, esse autor reduz-se a aplicar ao caso galego a noção capitalista do indivíduo como simples mão de obra, e nada mais do que mão de obra, que é um descomunal atentado à dignidade e liberdade da pessoa, de carácter continuado, que está na base da sociedade capitalista e inerente a ela. Tudo isto prova algo bem conhecido, que a esquerda estatista e desenvolvimentista não se preocupa com a liberdade, não lhe interessa o ser humano e, por tanto, prefere a vida de barbárie à existência civilizada, cujo fundamento é a prevalência do espiritual sobre as pulsões do consumo e o ventre.

O sempiterno argumento dos desenvolvimentistas é que havia que superar a sociedade rural tradicional, porque nela dominava a escassez e inclusive a fome. No meu livro “La democracia y el triunfo del Estado” expõe-se um facto sobre o qual todos os investigadores concordam, que a miséria rural inicia por volta de 1840, tendo o seu

¹¹ As cidades como área de organização do Estado desenvolvem-o a partir, sobretudo, de um estudo histórico e atual sobre Madrid, vila e capital, em “El impacto de la ciudad en el mundo rural”, ainda inédito.

período mais crítico até 1880, quando começa a remeter muito lentamente. Efetivamente, o século XVIII, preliberal, premoderno e precapitalista, foi em todas as partes, na Galiza também, uma época de razoável abundância material, destruída depois pelo projeto constitucionalista de criar um hiper-Estado capaz de sobre-dominar as classes populares. Vencidas estas na I guerra carlista¹² é o ente estatal e o seu filhote, o capitalismo, quem afundem as gentes numa situação trágica de escassez.

Isso volta a repetir-se periodicamente. A pobreza do mundo agrário baixo a II república e depois baixo o franquismo proveio da exploração a grande escala que padeceu, sobretudo por via fiscal, para financiar a lunática política desenvolvimentista e industrialista do franquismo, em boa parte projetada baixo o regime republicano que, embora diferente no formal foi tão funesto como aquele, bem como os instrumentos propagandísticos que a fizeram possível, entre outros as Faculdades de Económicas. A pobreza popular é, por tanto, um assunto *político* em primeiro lugar, e quem discursam sobre ela à margem da análise da questão mais decisiva, a da liberdade de consciência, política e civil, é porque a utilizam como pretexto para afiançar o atual regime de ditadura. Pelo demais, é verdade que havia que superar a sociedade rural popular tradicional, sim, através de uma grande revolução que eliminasse a sua depen-

¹² Esta contenda teve dous perdedores, por um lado o carlismo e, por outro, as classes populares urbanas, mas sobretudo *as rurais*, que foram vítimas de uma repressão atroz, talvez superior inclusive à padecida baixo o fascismo de F. Franco. Teve um ganhador, o aparelho estatal, nomeadamente o exército, que estabelece o seu poder na forma de regime constitucional e parlamentar, plasmado na intolável Constituição espanhola de 1837, mais funesta se cabe que a de 1812. Para uma análise mais pormenorizada, "El pueblo y el carlismo. Un ensayo de interpretación", no meu livro "Naturaleza, ruralidad y civilización". Também, em "La democracia y el triunfo del Estado", cujo cap. I é uma análise crítica-ateórica da revolução constitucional-liberal espanhola, iniciada em 1812 e terminada, em realidade, pelo regime franquista.

dência do Estado e do capitalismo, o qual exigia a sua auto-transformação no processo de extinção daqueles.

Essa é a realidade que o livro estudado subestima ou inclusive oculta aos seus leitores, para afirmar da forma mais rotunda possível a sua teoria da dominação "colonial" da Galiza, uma engenhosa falácia para promover o desenvolvimentismo e fomentar o poder empresarial argumentando motivos "patrióticos". Mas isso, com ser grave, não é o pior da sua obra, pois tal juízo há de ser atribuído à sua tergiversação, que devém em interessada falsificação, por razões políticas, do que foi a sociedade rural tradicional popular galega, que equivale a adulterar a história toda da Galiza.

Dado que a sua monomania é o produtivismo, vejamos o que expõe José Manuel Pérez García sobre a agricultura popular galega do século XVIII. Nos seus dous textos mais interessantes¹³ faz referência ao "papel vanguardista" da Galiza "dentro das inovações agrárias do Antigo Regime". Adverte que, a fins do século XVIII e começos do XIX, os rendimentos da agricultura galega são "substancialmente superiores" aos da inglesa nesse tempo, até o ponto de que na Galiza, nomeadamente nas Rias Baixas, teve uma "revolução agrícola espontânea anterior à generalização da revolução agrícola europeia em sentido amplo". Teve lugar na agricultura e na ganadaria, pois esta, nas comarcas litorais sobretudo, está igualmente "à vanguarda". Todo isso são os resultados de um processo de desenvolvimento e avanço da agricultura *popular*, obra exclusiva da criatividade, o talento e os quase infinitos sistemas de ajuda mútua da gente comum da Galiza, que vai conseguir incrementar os rendimentos de maneira notável, sem danar o meio ambiente, sem introdução de máquinas nem

¹³ "Un modelo de sociedade rural del Antiguo régimen en la Galicia costera", 1979, e "La agricultura española en el siglo XVIII: de las visiones generales a los modelos regionales", contido em "La economía de la Ilustración", 1988.

produtos químicos, sem submeter os agricultores à tirania de engenheiros e especialistas, sem consumir quantidades ingentes de energia, sem desenvolvimento do capitalismo, sem a intervenção do ente estatal, nesse tempo débil e relativamente inoperante e, por tanto, sem a destruição da sociedade rural popular tradicional. Conclui, aliás, este autor que o descomunal mito organizado em volta dos foros na prática demonstra ser isso, uma impostura que converteu, por obra do progresismo, o galeguismo burguês-espanholista e o republicanismo, o que era um assunto importante mas menor no grande problema do mundo agrário galego, juízo que fica confirmado pela fácil solução que teve a questão, a partir do Decreto de Redenção de Foros de 1926, promulgado, para mais escárnio dos demagogos que davam ares de "avançados", pela ditadura militar de Primo de Rivera.

Pérez García afirma que nada disto é novo ou desconhecido, pois já F. Somoza de Monsoriu, em "Estorvos i remedios de la riqueza de Galicia", Santiago 1775, expõe que os galegos têm muito pouco que aprender de ingleses e dinamarqueses em agricultura, pois o que faziam, para essa data, "há muitos anos" que aqueles o praticam¹⁴. Indica Pérez García que desde meados do século XVIII até

¹⁴ Um estudo que oferece uma imagem, conquanto desbotada, parcial e ramplona, devido à deficiente epistemologia do seu autor, da criatividade e capacidade de organização do campesinato galego é "Tierra, trabajo y reproducción social en una aldea gallega (s. XVIII-XX): Muerte de unos, vida de otros", José M^o Cardesín. Este texto tem o desacerto de, em vez de estudar a vida das gentes da concreta aldeia que pesquisa, São Martinho do Castro, em Lugo, à margem dos sistemas doutrinários e teóricos de moda, deixa levar-se por dogmatismos académicos, que impedem que o seu autor capte a realidade tal e como é. Este livro, uma tentativa bem intencionada, mas frustrada por causa dos erros assinalados, é uma indicação de que o mais necessário na hora presente, no gnoseológico, é adotar um ponto de vista *ateórico* ao estudar a realidade, admitindo como verdade indubitável que a realidade mesma, sem apriorismos, nem axiomas nem primeiros princípios, é capaz de fornecer os elementos necessários para a sua razoável inteltecção.

começos do XIX os rendimentos por unidade de superfície da agricultura feita na Galiza se incrementam 44%, o qual permite referir-se a “rendimentos revolucionários para a Europa de então”. Havemos de ter em conta que nesse tempo os camponeses galegos eram autônomos e livres no ato produtivo, pois a sua dependência com respeito ao aparelho estatal, débil e mau organizado para a data, como se disse, se reduzia ao pagamento de tributos, o dízimo em primeiro lugar, pois os impostos especificamente senhoriais e reais eram de reduzida quantia, diga o que disser ao respeito a falsa historiografia jacobina, progressista.

As classes dirigentes desse tempo abstinham-se de participar na direção da produção, com muito escassas exceções, permitindo o pleno desenvolvimento da criatividade e iniciativa populares. Esse estado de coisas foi erradicado pela ascensão da burguesia, pois no trabalho assalariado atual o trabalhador não só está mais explorado do que baixo o Antigo Regime mas que, sobretudo, carece de liberdade enquanto tal, pois as suas tarefas produtivas são realizadas sempre obedecendo as ordens do patrão e dos seus agentes, tornando ainda mais humilhante e vilificador o ato de trabalhar. Dito seja de passagem, tal tipo de trabalho converte os seres humanos em neosservos e sub-humanos ao ser uma reedição nas novas condições do que faziam os escravos da Antiguidade. Naturalmente, o mundo académico tenta ocultar baixo um sem-fim de meias verdades e vulgares falsidades o exposto, para que triunfe o grande dogma, imprescindível para o vigente regime de ditadura política, de a revolução liberal e constitucional ter “emancipado” as classes populares, sobretudo ao campesinato.

Mas os maiores e mais admiráveis lucros do mundo rural popular tradicional galego não foram de natureza produtiva senão *imaterial*.

Explica Castelão, no “Sempre en Galiza” que a assembleia aldeã, o *concelho aberto*, era a forma habitual de autogoverno no mundo rural galego, por meio de juntas

ordinárias e extraordinárias, celebradas aos domingos de manhã, o qual também cita Nicolás Tenorio em “La aldea gallega”. Que esta expressão magnífica (embora incompleta) de democracia, hoje negada pelo tirânico regime parlamentar e partitocrático, não suscite interesse nenhum em Beiras Torrado mostra até que ponto a mentalidade tecnocrática, desenvolvimentista, estatófila e pró-capitalista impede que apreenda o mais decisivo, que é ao mesmo tempo o mais autêntico, popular e galego. O sistema de governo através do concelho aberto, ou assembleia vicinal, de todas e todos os adultos dos núcleos populacionais, criado como tal na admirável Alta Idade Média galega¹⁵, manteve-se até hoje mesmo, graças a uma luta porfiada que as classes populares desenvolveram durante séculos contra o seu inimigo natural, o Estado (tanto o atual Estado espanhol como um hipotético Estado “galego”), nas suas diversas expressões: do Antigo Regime, liberal e constitucional, fascista, republicano, etc. Pertinente é assim a informação sobre o concelho aberto galego que fornece o já citado García Maña em “Couto Misto: unha república esquecida”, para os concelhos ourensanos de Calvos de Randim e Baltar, e o português de Montalegre. De não menor interesse é o erudito estudo de Xosé Fariña

¹⁵ Muitíssimo fica por fazer para remover a massa de erros e embustes politicamente úteis que tentam ocultar as origens da sociedade rural popular tradicional galega, mas há dous livros que, sem ser grande coisa como trabalhos historiográficos em si próprios, vão nessa direção. Um é “Os mosteiros dúplices en Galicia na Alta Idade Media”, de H. Rodríguez Castillo, e “El monacato gallego en la Alta Edad Media”, de J. Freire Camaniel. Sobretudo o primeiro, lido no seu contexto histórico, cultural e político, desautoriza a historiografia progressista e de esquerdas, agora prevalente na Galiza e em Espanha, ao ser a que melhor expressa hoje os interesses estratégicos das elites mandantes, com os seus vetustos dogmas e as suas mentiras petrificadas. Um trabalho que contribui a pôr luz sobre a causa primeira de todo isso é “Ideología e historia. La formación del cristianismo como fenómeno ideológico”, G. Ponte Ojea, autor também de “Elogio del ateísmo. Los espejos de una ilusión”.

Jamardo, "Concellos abertos na Limia", por mais que esta obra incorra em erros de importância.

Pode originar confusão que na Galiza se costume utilizar o termo "concelho", ou "concello", para nomear as câmaras municipais, isto é, a expressão no plano autárquico do Estado (espanhol), mas isso é uma derivação da proibição, já baixo o Antigo Regime, do concelho aberto em vilas e cidades, que foi substituído pelo concelho fechado, ou governo autárquico constituído por indivíduos nomeados para tal fim pela coroa de Castela, donde saiu, com a Constituição de 1812, a câmara municipal, designada por voto restringido até 1890, conservando dito termo, mas para designar uma realidade política muito diferente à assembleia popular vicinal, que se manteve nas aldeias.

Hoje existe o concelho aberto de maneira legal, mas quase completamente desnaturalizado, porque é autorizado pela espanhola Lei de Bases de Regime Local de 1985, em vigor, para povoações menores de 100 eleitores. Agora bem, já não é o antigo concelho aberto soberano, ou quase soberano, mas uma paródia, pois a sua razão de ser, quando é autêntico, reside em *negar e substituir o Estado*, fornecendo um procedimento de autogoverno popular, isto é, um regime democrático onde se realize a liberdade política, hoje proscribida pela Constituição Espanhola de 1978. Esta estatui um *regime de ditadura*, política, constitucional, parlamentar e partidocrática, de que o "governo galego" que emerge do estatuto de autonomia é um simples apêndice, enquanto instituição ao mesmo tempo estatal, pró-capitalista e espanhola, isto é, não galega e antigalega.

O criativo mundo rural galego, com a instituição do concelho aberto, ou assembleia aldeã, ao mesmo tempo deliberante, decisória, legislativa, executiva, judicial e reitora da vida económica local, oferece um modelo de autogoverno para o futuro, desde que tal formulação leve a inspirar-se nele e não, como é lógico, a pretender decalcá-lo, pois hoje, no século XXI, o imprescindível é refletir criativamente,

tomando o positivo do passado, mas sem o copiar de forma mimética, visto que a cada momento da história corresponde a sua própria particularidade, que é única e irrepetível. Tem de compreender-se que o concelho realiza as mencionadas funções sem atentar contra a liberdade do indivíduo, que é intocável, pois dita junta soberana só se ocupa do que atinge a vida coletiva, e mais nada, sendo a individual, em todas as suas manifestações, deixada à livre iniciativa da cada quem, como dever ser. Feita esta advertência convém insistir em que o regime concelhio, que é um sistema excelente de governo popular, que pode abranger a totalidade da Galiza, através de uma rede de organismos de autogoverno territorial, saídos das assembleias locais, dependentes em todo delas e responsáveis perante elas, por meio da antiga instituição do mandato imperativo (proibido na atual Constituição Espanhola, art. 67.2, o qual é outra prova mais do seu carácter antidemocrático, despótico). Para isso o prévio é derrocar a ditadura do Estado espanhol na Galiza, para retornar, a um nível superior e novo, que se tem de realizar no futuro, à velha ordem popular e rural, milenária e venerável, do sistema de autogoverno por assembleias omnissoberanas, com as quais recuperará a sua liberdade enquanto grande formação social historicamente constituída, singular e diferenciada, e o povo a capacidade de se governar a si próprio.

Dessa maneira *unir-se-ia tradição com revolução*, reconstituindo o que Castelão descreve com admiração e simpatia, conquanto no seu tempo existia já numa fase de decadência e semidesintegração, devido à ação do ente estatal espanhol, vetor número um na Galiza dessa modernidade genocida, autocrática e ecocida que Beiras apoia¹⁶. O regime de governo popular por assembleias,

¹⁶ No livro "O estado da Nación", que recolhe diversos textos seus, em especial os discursos pronunciados no "Día da Patria", o leitor ou leitora não encontrará nada importante que possa se considerar crítico ou censurante do atual sistema de ditadura constitucional e parlamentar, a

sem Estado nem capitalismo, é o único democrático, o único capaz de realizar as liberdades populares fundamentais, que hoje não existem, em especial a liberdade de consciência, liberdade política e liberdade civil. O próprio da Galiza (na sua fase histórica anterior), que conforma a sua essência no político, é o governo por assembleias, não o parlamentarismo nem o fascismo, não a tecnocracia nem o culto pelo económico, não o capitalismo nem o desenvolvimentismo extraviado, de maneira que ao posicionarmos-nos a favor daquele estamos a reivindicar a essência mesma do galego, destruída por uma modernidade que a cada dia que passa manifesta mais as suas sequelas.

Na obra citada faz referência também Castelão às instituições comunais próprias do mundo popular rural galego, que são inseparáveis do sistema assemblear de concelho aberto, manifestando assim a unidade existente

favor de um regime de governo popular por meio de assembleias omnissoberanas em rede. Este espírito reaccionário no político, que se adequa à sua apologia do sistema capitalista no económico, converte-o no contrário do que pretende aparentar, num defensor da dominação espanhola sobre a Galiza, pois o regime que apoia e do que faz parte (como profissional da política e como catedrático-servidor público) é o estabelecido desde Madrid. De maneira que o seu espírito institucional torna-o um político afeto à versão atual da "unidade de Espanha", o Estado das autonomias, que grita, ano após ano, "Viva Galiza ceibe e popular", ao mesmo tempo que preconiza a ditadura do Estado (espanhol) e do capital e, portanto, a negação da Galiza como nação soberana, isto é, governada pelo povo galego, não por catedráticos nem por tecnocratas nem por políticos profissionais nem pelos corpos de altos funcionários públicos, sem Guardia Civil, sem exército espanhol, sem polícia espanhola, sem partidos políticos negadores da soberania popular, sem o aparelho mediático espanhol, sem capitalismo, com a língua galega garantida pelo povo galego, não pelas instituições autonómicas, parte integrante do aparelho estatal espanhol (como expõe o art. 137 da Constituição), isto é, supostamente avalada pelo Estado espanhol, segundo a legislação sobre "normalização linguística" em curso, o qual vai contra o sentido comum, pois o Estado espanhol não teve, não tem e não pode ter outro propósito que *aniquilar a língua galega*, com uma estratégia ou outra, servindo-se de uns agentes ou de outros.

entre o assamblar e o coletivismo, da mesma maneira que existe correspondência entre ditadura política parlamentarista e propriedade privada capitalista. O peso do comunal evidencia-se em “La propiedad colectiva en Galicia en el siglo XVIII”, de Pegerto Saavedra¹⁷, que foi triturada passo a passo pela legislação promulgada pelo Estado espanhol constitucional, como se expôs. Apesar desta, ainda restam na Galiza alguns terrenos comunais (conquanto parece que o Estado planeia liquidá-los, na Galiza e em Espanha, para enxugar o déficit fiscal), embora boa parte deles numa situação de degradação jurídica, económica e inclusive ambiental notáveis, tristes restos do que foi e já não é por causa do furor particularista, egotista, antioletivista e privatizador da modernidade.

Castelão não esquece as muito numerosas formas concretas de *reciprocidade e ajuda mútua* próprias da Galiza ancestral, popular e galego falante, rural, marinheira e artesã. Refere-se ao intercâmbio de trabalho, aos sistemas de pastoreio em comum, às tarefas coletivas para levantar e depois manter meios de produção de utilidade geral, como moinhos, fornos, sistemas de regas e muitos outros, embora não cita as tarefas agrícolas realizadas coletivamente, considerando o lavradio local como uma só unidade produtiva, nem os procedimentos para o aproveitamento dos montes sem avariar nem danar a sua continuidade, com modos ambientalmente magníficos. Precisamente a defesa do bosque autóctone foi um dos principais motivos que levou a comunidade de Sagarde-

¹⁷ Em “Estructuras agrarias y reformismo ilustrado en la España del siglo XVIII”, VVAA. Para o estudo com mais perspetivas do concelhio e comunal, considerando um território próximo da Galiza, um livro que se lê com aproveitamento, ao tratar de um caso particular na província de Leão, é “Villamor de Riello. Un antiguo concejo leonés en la comarca de Omaña”, J.M. Hidalgo Guerrero. Para uma visão de conjunto, “Democracia directa municipal, concejos y cabildos abiertos”, de E. Orduña Rebo- llo, e “Naturaleza, ruralidad y civilización”, F. Rodrigo Mora.

los, em 1798, a levantar-se contra a fábrica de munições estabelecida no seu termo, destinada a abastecer o exército e a Armada espanholas, que culminou com o incêndio completo daquela e de uma parte dos edifícios anexos, sendo um dos atos de resistência ao Estado (espanhol) mais sublimes da história galega¹⁸.

O exposto mostra que o convivente, concelhio e colectivista povo galego, rural e popular, formulou e aplicou de um modo maravilhoso a primordial, a sólida verdade que em "Princípios da filosofia do futuro" expõe L. Feuerbach, "a solidão é finitude e limitação; a comunidade é liberdade e infinitude", o que faz daquele um excelente filósofo em atos, que é o melhor modo de o ser, e o único que admite ser tomado a sério. Portanto, erram quem chamam "atrasado" ao que foi um povo de filósofos: são-no eles em realidade, pois a sua sabedoria de mentira, académica e livresca, reduz-se a repetir as palavras de ordem que demanda em cada conjuntura a estratégia de criar um poder total para as elites mandantes, com total envilecimento, submissão e degradação das classes populares.

Não é possível passar por alto o excelente estatuto que tinha a mulher galega na sociedade rural popular tradicional, que se encarregava de um bom número de trabalhos produtivos, gozava da maior consideração e respeito, estava em todo o que era tomada de decisões

¹⁸ "Sagardelos 1798. Un motín en la Galicia de finales del Antiguo Régimen", Pablo González-Pola. Sobre a funesta ação do exército e a marinha de guerra espanhola contra o monte alto, o melhor e mais valioso ambientalmente, um livro de interesse é "La tierra esquilhada", L. Urteaga. Estuda a destruição a descomunal escala de arvoredo que promoveram as Portarias de Montes da Marinha, a primeira das quais foi promulgada em 1748, embora desde 1726 estavam a ser feitos cortes em massa na comarca de Ferrol para satisfazer a insaciável necessidade de madeira de qualidade que tinham os barcos de guerra espanhóis. Destaca que certo autointitulado nacionalismo galego quase nunca diga nada crítico substantivo respeito do exército espanhol, cuja presença na Galiza foi e é causa de males sem conto, como os descritos, desde há séculos.

em igualdade de condições com o varão e possuía uma liberdade erótica admirável, que se tornou legendária, com o suporte de toda a comunidade, o qual era bastante comum que contribuísse ao casal, se é que decidia contrair, até 2 e 3 filhos tidos como solteira, prática que fazia parte da normalidade daquela formação social¹⁹.

Isto refuta muitas falsidades jacobinas, como que o clero imperava; põe em questão dogmas urdidos pelo progressismo mais protervo, como o engodo do judeo-cristão dominando-o tudo; desmonta a patranha de um patriarcado popular e apresenta a sociedade rural gozando de umas liberdades que o mundo urbano desconhecia. Efetivamente, este estava subjugado pela hipocrisia, a misoginia, a prevalência masculina, a autoridade do clero e o apartamento da produção das senhoritas das classes altas e médias, o que põe em evidência onde estava o “atraso”, nisto e em tantas outras cousas. Tais dados permitem compreender o colossal salto para trás que tem significado, do ponto de vista dos valores da civilização, o desaparecimento da sociedade rural popular tradicional, na Galiza e em muitos outros territórios, mas tal-

¹⁹ Em “De mi tierra”, “Obras Completas” tomo II, Emilia Pardo Bazán. O feminismo de Estado (espanhol) fez o possível por denegrir o mundo rural tradicional tomando como pretexto a situação da mulher, mas os seus argumentos não têm fundamento. Provêm de um feminismo neopatriarcal, militarista e partidário do Estado policial, organizado a redor da Lei de Violência de Género, de corte franquista, cujo centro é o orwelliano Ministério da Igualdade. Para refutar as suas formulações basta ler a obra acima citada, embora haja outras que coincidam nos mesmos dados e que, se for necessário, podem ser citadas, e estudadas, por exemplo, vários dos textos de P. Saavedra, e um bem peculiar. Trata-se de “Memorias del cura liberal Don Juan Antonio Posse: con un Discurso sobre la Constitución de 1812”, edição a cargo de R. Herr. Posse, um crego galego culto e erudito, embora em nada afeto à ideia da liberdade verdadeira, tornou-se um devoto daquela carta constitucional, o qual, dito seja de passagem, mostra o enraizamento do liberalismo mais radical na Galiza, desde o primeiro momento, visto que contribui a refutar, ou pelo menos a enfatizar substantivamente, o mito do seu “atraso”.

vez na Galiza um pouco mais. Pelo demais, em liberdades reais das mulheres aquela formação social estava muito por diante da atual, que só oferece pseudoliberdades, conforme à doutrina do feminismo de Estado, cujo propósito é criar o Estado policial (espanhol) feminista.

A verdade é que o mundo tradicional rural galego, onde até meados do século XIX vivia 90% da população da Galiza, tinha como características próprias uma riquíssima rede de relacionamentos de apoio, afeto e serviço mútuos extraordinariamente intensas, sinceras, complexas, eficientes e exuberantes, que faziam dele uma *das sociedades convivenciais* mais admiráveis de que se tem memória. Isso explica o muito que custou ao Estado (espanhol) liquidar dita formação social, que foi capaz de resistir, com mais sucesso que nenhuma outra da península Ibérica²⁰, a pressão para o individualismo, a veneração pelo Estado, o culto pelo dinheiro, a genuflexão perante o empresariado e a devoção pela tecnologia, em soma, o desajeitado afã por uma vida sem liberdade, servil, amoral, sórdida, ambientalmente destrutiva, virada na satisfação dos apetites do ventre, mais própria de porcos que de seres humanos. É a que provém do par Estado-capital e a que os escritos dos autores desenvolvimentistas encomiam, mais ainda, impõem ao povo através do seu monopólio da emissão de ideias, atropelando a liberdade de expressão e, sobretudo, a liberdade mais determinante de todas, a de consciência, a cada dia espezinhada pelas elites mandantes.

²⁰ Um estudo enjundioso do mundo comunal e parcialmente autogovernado em Portugal, em uma das suas expressões particulares, é "Vilarinho dá Furna. Uma aldeia comunitária", Jorge Dias, próxima a Galiza, finalmente anegada por um embalse destinado a produzir eletricidade, apesar da sua deslumbrante beleza, que tecnócratas e desarrollistas não sabem apreciar, daí que sejam tão destructivos com todo o que de elevado e formoso tem a vida humana e o médio natural. Do mesmo autor, um texto não menos emotivo, ao mesmo tempo que reflexivo, é "Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril", referido à aldeia portuguesa desse nome, ainda existente ao que parece.

Uma revolução que estabeleça uma sociedade razoavelmente livre tem de pôr fim a tais excessos.

Para além das interpretações mecanicistas e deterministas, economicistas e tecnófilas da história, sempre erradas e enganadoras, em virtude de politicamente interessadas, urdidas por ideocratas mercenários (Hegel), radicais sinceros mas crédulos (Marx), e professores-funcionários públicos que, em 1960, ainda 74% da população ativa da Galiza, conforme determinadas fontes, estivesse no setor primário (enquanto a média dos territórios dominados pelo Estado espanhol era de 41%) significa que o seu modo concreto de vida era satisfatório, pelo qual a maioria das e dos galegos não queriam o abandonar. É mais, tal cifra manifesta o sucesso extraordinário que teve a comunidade rural galega em neutralizar a pressão do ente estatal (espanhol), em limitar o desenvolvimento dos relacionamentos capitalistas no seu seio, em atrasar a ascensão da cobiça e o interesse particular, em manter as noções que recolhem e expressam o melhor e mais sublime da condição humana: a vida fraternizada, o entusiasmo pelo coletivo, a paixão pela liberdade e o autogoverno, as práticas diárias de afeto e amor de uns a outros, a existência libertada de sexismos, o desdém pelo material e consumível, pelo mercantil e proveitoso, a noção da vida como um esforço desinteressado em pró do coletivo e do bem moral.

Que os poderes constituídos tenham demorado muitíssimo em destruir tão magnífico estilo de vida, próprio da Galiza rural, é algo do que se devem orgulhar todas e todos os galegos, e a admiração a quem não o são. Em consequência, isso não pode ser tido por causa de vergonha e auto-ódio, como aparece na nefasta teoria do "atraso" e no seu correlato político, a teórica sobre o carácter "colonial" da Galiza. É significativo o exposto por P. Rovira sobre que "o obstáculo invencível (para a modernização) é a resistência do labrego (galego) a toda a inovação". A toda

a inovação não, às funestas, o qual demonstra a sua inteligência, e certifica que não era um doidivas mais, tão próprio das sociedades contemporâneas, que corre atrás as modas fazendo-se escravo de quem as promovem. Em realidade, tal frase é errônea em todas as suas possíveis interpretações, pois o campesinato galego, ou pelo menos uma parte dele, sim se foi abrindo passo a passo às inovações próprias da modernidade, desde a metade do século XIX para à frente, forçado pelo ente estatal (espanhol) e pelo desenvolvimento do capitalismo que aquele alentava. Essa abertura, finalmente, extinguiu-no como grupo social, pois o muito pouco que hoje fica dele é de natureza qualitativamente diferente.

O exposto, porém, não deve ser entendido de uma maneira reducionista e unilateral. Já desde o século XVIII, por não falar da época da revolta irmandinha, a comunidade rural galega estava a padecer fenómenos negativos. A privatização do comunal teve já alguma importância nessa centúria, realizada com frequência por membros do clero com mentalidade espoliadora, o qual criava fortes tensões entre eles, junto da Igreja como instituição, e as comunidades camponesas, assunto que refuta a calunia sobre que a sociedade popular rural estava ideologicamente submetida ao clero. Com a avalanche legislativa oitocentista, a codificação do direito, a expansão da violência institucional do Estado, o drástico incremento dos tributos, a criação da Guardia Civil, as levas maciças, a emigração, o caciquismo (bem entendido, como forma complementar de ação do Estado, conforme é apresentado pelo agrarista galego Basilio Álvarez em "Abriendo el surco. Manual de lucha campesina"), o caminho-de-ferro, a imposição do patriarcado com o código civil espanhol de 1889, a exportação a grande escala de gado e alimentos, bem como outros fatores negativos, o universo rural camponês da Galiza conheceu uma ascensão da propriedade privada, aparecendo aqui e lá camponeses enriquecidos, ou burguesia rural. O indivi-

dualismo possessivo atingiu um verdadeiro nível, os antigos sistemas de ajuda mútua retrocederam, as diferenças de fortuna cresceram e outros diversos males sociais fizeram ato de presença. Isso é indubitável, mas também é que, até aos anos 70 do século XX, a comunidade rural pôde limitar, reduzir e manejar tais nocividades, mantendo-as baixo controlo, o que evitou que se fizessem gerais e levassem ao fracasso a sua existência.

Em "El problema del desarrollo en la Galicia rural", do ainda José Manuel Beiras, 1967, qualifica o mundo rural galego de "economia bloqueada", apreciação bastante exata, embora não consiga averiguar o que freia o desenvolvimento económico, para além da trivialidade sobre que nas sociedades coloniais sejam sufocadas as tentativas de progresso, que não é sempre certo. Cegado pelos dogmas economicistas e mecanicistas não acerta a ver o óbvio, que eram os seus próprios integrantes quem, com bastante sucesso durante um tempo, se negavam a permitir as mudanças, bloqueando o desenvolvimento do capitalismo no seio do seu mundo, tão apreciado e amado por eles, com razão.

Essa criatividade para resistir, atrasar as mudanças a pior e persistir no seu ser, que manifestou o povo galego nos últimos 200 anos, é a mesma que utilizou para desenvolver formas de agricultura, ganadaria, recolção de frutos e plantas silvestres, pesca e artesanato, extraordinariamente eficazes, sem danar o meio e sem ir ao fomento da tecnologia negativa, nem ao desenvolvimento do regime empresarial. De tudo isto é pertinente deduzir que vivia com um alto grau de liberdade, pois sem liberdade não há criação do novo, e que o seu mundo era rico em bens imateriais, isto é, que era uma ordem social marcada pelo convivencial, coletivista, alegre, vital, generoso, eficiente, esforçado, em comunhão com a natureza e cheia de beleza. A sua destruição foi um ato atroz, que tem empobrecido o volume de realidades

positivas, valores emancipadores, sublimidade melhoradora e magnificência transcendente da humanidade toda.

A importante taxa migratória que desde meados do século XIX padeceu a Galiza é apresentada como uma “prova” de que o universo da ruralidade era um mundo mísero e tenebroso que as gentes abandonavam em massa por própria vontade. Mas esta interpretação está em contradição com que a saída maciça de emigrantes tivesse lugar precisamente quando, a partir de 1840, triunfante pelas armas o Estado liberal-constitucional na guerra civil, o campo galego começa a conhecer as maravilhas e prodígios da ordem parlamentar, baseada no voto restringido. Através de um sistema fiscal despiedado, afundou as gentes na miséria, que foi intensa até bem entrado no século XX. Também, as enormes *mudanças a pior* introduzidas pelo novo regime, em especial a privatização de comunais, a imposição da propriedade privada absoluta, especificamente burguesa, o retrocesso das formas tradicionais de ajuda mútua, a maior circulação de dinheiro e o colapso das liberdades reais, especialmente das políticas e civis, afetaram negativamente os resultados do trabalho, o que contribuiu a agravar a pobreza. Mas talvez o fator imediato causal mais importante fosse a generalização da conscrição, da incorporação em massa da juventude masculina ao exército, assunto que suscitava um repúdio firmíssimo, não só pelos males físicos derivados, mas sobretudo porque a idiosincrasia do moço galego, nascido e criado numa sociedade ainda excecionalmente coletivista, convival e igualitária, era incompatível com a horrenda vida militar, somando a questão do idioma. Portanto, para não serem recrutados, a juventude masculina ia embora²¹.

²¹ Uma aterradora descrição, em virtude de realista, do que era a conscrição no exército espanhol encontramos-a em “Quintas y protesta social en el siglo XIX”, de A. Feijoo Gómez. Não é sustentável que uma e outra vez a historiografia social-democrata, explícita e implicitamente (hoje quase toda a “radicalidade” é socialdemocrata, na Galiza, em

Há uma quarta causa, as lutas constantes que levavam adiante numerosas associações agraristas, agrupamentos concelhios e vicinais e, inclusive, indivíduos isolados contra o aparelho repressivo e judicial, questão pouco e mal estudada ainda. Os que padeciam a repressão, se conseguiam escapar da detenção, ou da morte a mãos da Guardia Civil, com frequência costumavam abandonar o país galego. Um caso paradigmático é a União Camponesa, que operou em 1907-12 na área da Corunha, de carácter revolucionário, finalmente esmagada pela pressão policial, obrigando aos seus membros mais comprometidos a marchar para a América²². É verdade que também teve emigração causada pela funesta ação da escola estatal e espanhola, que ensinavam a desprezar o rural, bem como o galego, mensagem que, não é possível negá-lo, terminava calando numa verdadeira percentagem de pessoas, as quais se tornavam arrivista, desenraizadas, aculturadas, espanholizadas e desejosas de prosperar emigrando.

Portanto, as principais causas reais da emigração são cinco: a descomunal pressão fiscal; as mudanças jurídico-políticas, que tinham uma repercussão económica imediata, introduzidas pela revolução liberal; as levadas e recrutamentos; a repressão e a manipulação ideológica realizada pela escola primária. Estas, operando sobre uma formação social tão singular como a galega, extremamente antagónica com o que eram e induziam, visto que a sua matriz era o Estado (espanhol), tinham que originar um abandono maciço do país. Mas há que destacar que durante mais de um século as altas taxas de emigração não puseram em perigo a continuidade e sobrevi-

Espanha e na Europa) esqueça a função decisiva, em todos os sentidos, que possui o Estado e, dentro dele, o exército.

²² Esta organização camponesa foi de inspiração libertaria. A respeito do quadro em que se desenvolveu, consultar o bem documentado livro, "O anarquismo na Galiza (1870-1970). Apuntes para unha enciclopedia", Dionísio Pereira e Eliseo Fernández Fernández.

vência da sociedade rural popular tradicional na Galiza, que só se derrubou nos anos 70 e primeiros 80 do passado século, quando o franquismo, ajudado pelo “nacionalismo” galego, que atuou de cavalo de Tróia, conseguiu a dar um golpe descomunal, de tal maneira que, para a data da entrada de Espanha na UE, em 1986, já era uma formação social em agonia, se não um cadáver insepulto. Isso tem levado a que em 2005 a contribuição do setor primário ao PIB fosse 2,9% na Galiza, enquanto na soma dos territórios submetidos ao ente estatal espanhol foi algo superior, 3%: por fim a Galiza superou o “atraso”, deixou de ser uma sociedade agrária.

A emigração como estratégia foi uma opção *errada* tomada pelas gentes da Galiza, erro que provém de outros anteriores, graves, que se mantinham desde havia séculos, assunto que não é possível desenvolver agora mas que deve chegar ao ânimo da leitora ou leitor a confiança em que no presente trabalho não se preconiza uma interpretação acrítica e idealizada do mundo rural tradicional mas outra o mais exata e imparcial possível, como o manifesta que se assinalem os seus desacertos. Ao Estado (espanhol) a maciça marcha para a América²³ fornecia-lhe duas vantagens, uma política, pois servia de válvula de escape à pressão social; e outra económica, já que consentia a chegada de divisas e capitais repatriados, que permitiam reforçar a exploração do campo galego e preparar as condições para o desenvolvimento da indústria. A solução apropriada teria sido *permanecer, resistir e lutar*, até derrubar o poder tirânico do Estado (espanhol), estabelecendo uma sociedade plena dos concelhos, do comunal, do direito consuetudinário e dos

²³ Consultar, “Historia da emigración galega a América”, Ramón Villares e “Emigrantes, caciques e indianos. O influxo sociopolítico da emigración transoceánica en Galiza, 1900-1930”, X.M. Núñez Seixas. Contudo, este livros, pelo seu academicismo, isto é, estatualismo e pró-capitalismo, estão longe de realizar uma análise imparcial do facto migratório.

sistemas de ajuda mútua, sem capitalismo nem mercado nem dinheiro. Mas desde quase as suas origens, na Alta Idade Média, dita sociedade tinha decidido, por causas muito difíceis de compreender, coexistir com o ente estatal (que até os séculos XIII-XIV teve um poder ínfimo), renunciando a constituir um regime político completamente autogovernado, o qual é um erro bastante grave²⁴. Isto determinava que a estratégia popular consistisse só em resistir às instituições, tentando que o seu poder fosse o menor possível em cada conjuntura histórica, ainda que sem decidir-se nunca a dar o passo decisivo, e necessário, pôr fim à sua presença.

Mas, devido a que a forma de existência do ente estatal é a expansão constante, chegou um momento, com a revolução liberal, que já não pretendia coexistir com o mundo do concelhio e comunal, mas, simplesmente, destruí-lo como tal para o reconstruir como simples massa humana completamente dominada e degradada, governada de forma omnímoda pela máquina estatal e submetida à propriedade privada através do salariado, expressão da neoescravatura própria da modernidade, que na obra escrita do catedrático de Estrutura Económica X.M. Beiras é pintada com as cores mais atraentes e sedutoras. Essa meta, ainda que encontrou muita mais resistência da que supunha, particularmente na Galiza, conseguiu finalmente realizá-la no último quartel do século XX.

Quem amam os dogmas, e têm uma conceção da história fundamentada no económico, no pretendidamente inexorável e o mecânico, isto é, *no esquecimento do humano*, é algo impensável e incompreensível uma revo-

²⁴ No meu livro, inédito, "Revolución en la Alta Edad Media hispana", no qual o vocábulo "hispano" tem o significado que possuiu na Antiguidade, nomear a península Ibérica, submetemos a exame esta questão, de tão complexa intelecção que talvez impeça atingir conclusões o bastante completas e confiáveis, em boa medida pela escassez e debilidade das fontes.

lução para pôr fim ao domínio do Estado (espanhol) e à sua criatura gerada, o capitalismo, feita por uma população maioritariamente rural, como foi a galega até 1970-80. Os vetustos dogmas dizem que primeiro há que industrializar, para criar “a base material do socialismo”, e depois (sempre depois) realizar efetivamente esse socialismo, num futuro que nunca chega nem nunca pode chegar, pois como tem mostrado a experiência, o que atinge em primeiro lugar a industrialização é reforçar de uma maneira tão colossal o poder militar, policial, mediático, doutrinador, económico e tecnológico que em tais condições a transformação da ordem social se faz sumamente árdua, muito menos provável.

Mas é precisamente o criador principal de tais dogmas, hoje refutados pela experiência histórica, Carlos Marx, quem em 1881, dois anos antes de falecer, num golpe de maravilhosa, conquanto estranha, lucidez e depois de estudar a comuna camponesa russa, numa carta a Vera Zasulich sustentou que, provavelmente, os valores positivos, no político, relacional, moral e económico, de dita sociedade rural, sumamente “atrasada” pelo demais, poderiam servir como fundamento sólido de uma nova ordem social, superior à capitalista, surgido de uma transformação revolucionária da sociedade russa. Marx, com tal formulação, negou o que tinha exposto durante toda a sua existência, mas esse é um problema que pouco importa, pois não se trata de avaliar os seus méritos ou erros mas de entender a história real. Trágico foi que uma das primeiras tarefas que executou o poder soviético, formalmente marxista e realmente fascista, fora destruir essa sociedade camponesa popular que tão excelente tinha parecido ao Marx da última maturidade, com a “coletivização” dos anos 1929-33, em realidade uma estatização brutal do campo, realizada com propósitos confessadamente produtivistas que conseguiu todo o contrário, constituir um mundo agrário assombrosamente

ineficiente e improdutivo, por causa da completa falta de liberdade, que se manteve tal, apesar de todos os esforços realizados, até 1991, quando a União Soviética se desmoronou, que contribuiu em muito ao seu colapso e que assim, mais ou menos, continua.

Na escola anarquista também se deu uma notável valoração das potencialidades subversivas da sociedade rural popular tradicional, bastante maior inclusive que na marxista, sempiternamente ofuscada pelas suas obsessões economicistas, industrialistas e desenvolvimentistas, tomadas *acriticamente* da economia política burguesa dos séculos XVIII e XIX. Um livro que recolhe bastantes escritos que se ocupam disso é “La sociedad libertaria. Agrarismo e industrialización en el anarquismo español, 1930-1939”, de Xavier Paniagua. Uma secção do anarquismo, nomeadamente a que seguia a “La Revista Blanca” de F. Urales, atingiu a conclusão de o universo rural popular aprovisionar uns valores, saberes, instituições e hábitos que eram bastante apropriados para realizar o comunismo libertário, de maneira que contemplou com simpatia esse mundo, ao mesmo tempo que, em ocasiões, emitia lúcidos julgamentos críticos acerca da industrialização, o desenvolvimentismo, o progresso e a modernidade. Mas, contudo, não se chegou ao ponto de desenhar uma estratégia e programa que fosse capaz de alçar em armas contra o Estado a essa decisiva facção, naquele tempo, do povo trabalhador, a rural tradicional, em confluência com o proletariado industrial. Com isso, perdeu-se uma oportunidade, talvez única, de criar uma nova sociedade livre, sem opressão estatal, aniquilação da essência concreta humana e exploração capitalista.

Na Galiza, a emigração, junto de uma falta de entendimento objetiva do que estava a passar, e somados os erros e debilidades, sem dúvida graves, que se vinham arrastando desde havia séculos, impediu que a formação social rural popular passasse à ofensiva, acometesse insurreccionalmente ao aparelho de poder espanhol e se afirmasse na

luta e, talvez, na vitória, neste caso de dupla natureza, como nação e como povo, ou conjunto das classes trabalhadoras. O realmente acontecido é que o triunfo, total, foi do Estado (espanhol) e do capitalismo, acontecimento nefasto que criou uma nova sociedade galega, embora em acelerado processo de desvanecimento, que é a que deve ser transformada ou, quando menos, inteligida com objetividade, sem arcaísmos ideológicos, sem dogmatismos caducos, sem doutrinações do século passado.

O afã de liquidar a formação rural popular tradicional em todos os territórios unificou a esquerdistas, “nacionalistas” galegos e franquistas. Uma expressão da reaccionária ideologia dos primeiros encontra-se no livro de Ramón Tamames, que foi dirigente do PCE (Partido Comunista de Espanha), “Estructura económica de España”, publicado legalmente em 1965, baixo o epígrafe “Directrices básicas para la reforma agraria de España”, em sete pontos, um programa desenvolvimentista e pró-capitalista a todo o custo que se limita a vestir com uma linguagem esquerdistas o que já estava a fazer o regime de Franco a fim de aniquilar a sociedade rural popular tradicional. Para as áreas de minifúndio, portanto, para a Galiza, dizendo piropos à concentração parcelar, essa nefasta atividade que o fascismo espanhol estava a realizar desde os anos 50, com o propósito de conseguir o que dito chefe do comunismo espanhol denomina “a mecanização integral do campo”, que equivale à sua destruição enquanto formação social qualitativamente diferente da estatal e capitalista. Essa fórmula é, ao mesmo tempo, um eufemismo, pois com a mecanização chega, inevitavelmente, a quimificação, isto é, o envenenamento dos solos, das águas, do ar, dos mares e dos alimentos, com colapso da flora e fauna.

Tamames preconiza assim mesmo “o aumento dos investimentos em agricultura”, para fazer dela uma atividade exclusivamente capitalista, que é também um apelo ao genocídio cultural, do qual é corresponsável, junto do

franquismo. Ao mesmo tempo, aconselha "a reorganização do crédito agrícola", na mesma direção. Em suma, Beiras Torrado coincide com Tamames, a quem copia e, portanto, com o franquismo, conquanto dá às propostas de tão singular par o apropriado ar galego.

Por que era tão fundamental para a ordem institucional espanhola destruir a sociedade rural popular tradicional? Tinha uma razão *política* que primava acima de todas as económicas. Esta sociedade escapava, em certa medida, embora não totalmente como é lógico, ao controlo do aparelho estatal, pois tinha vida própria, cultura autónoma e entidade por si própria, de maneira que o sistema de dominação estatal, que aspira a mandar em todo e ao manejar todo omnimodamente, não podia tolerar a sua existência, pois lhe resulta impossível de admitir o regime assemblear, os procedimentos democráticos de tomada de decisões, o espírito de comunalidade que a animava, os sistemas de mútua assistência, os bens concelhios e demais componentes que são próprios, pois nisso coincide, embora seja de uma maneira parcial e em bastante medida desfigurada, a negação da sua própria existência. Além disso, no momento do transvasamento de grandes massas de população do campo à indústria, o novo proletariado levava consigo os hábitos e a cosmovisão do mundo rural, sobretudo o gosto pelas práticas assembleares, o qual dava às lutas proletárias uma firmeza e dureza indesejáveis para a patronal. Há um terceiro elemento, que foi a experiência do máquis, o movimento de resistência ao franquismo mais importante com muito, muito acima do que fizeram as classes urbanas, levado adiante pelo mundo rural.

No económico os motivos são óbvios. A indústria não podia desenvolver-se sem transformar a agricultura em mercado das suas elaborações, em especial a maquinaria e os produtos químicos. Com o regime de policultivo e multiatividades não era possível abastecer as cidades, de maneira que a industrialização ficaria dificultada. A repugnância a

utilizar dinheiro e a predileção pela troca impediam que os bens se transformassem em mercadorias, e que o numerário desempenhasse a decisiva função que deve ter no regime capitalista de produção, que de passagem, converte os bancos, junto as autoridades estatais, nos amos do processo produtivo. Sem uma mercantilização total, o Estado não podia aumentar de maneira espetacular os rendimentos fiscais, pois estes, em especial os provenientes dos impostos indiretos, dependem de o mercado tornar-se absolutamente prevacente. A indústria e os serviços precisavam de mão de obra barata, que nesse tempo só podia proceder da agricultura. Sem o abandono em massa das aldeias e povoações não era possível mercantilizar a construção de moradas, já que estas se faziam, pelo geral, através do regime de ajuda mútua, assunto de singular importância para que se realizasse de forma acelerada a concentração e acumulação de capital. A sociedade de consumo seria incapaz de descolar com a mentalidade camponesa de despesas mínimas, repúdio do hedonismo, afã de elaborar e produzir por si próprios, autonomia em tudo, multitiatividade produtiva e preferência pelos bens imateriais, a convivência com os iguais em primeiro lugar. Para ser uma potência na arena internacional, Espanha estava obrigada a pôr o acento na exportação de bens industriais, aos quais o mercado mundial, dirigido pelos grandes Estados, atribui preços (sempre políticos no substantivo) muito acima dos dos produtos agrícolas e das matérias primas. Finalmente, a especialização "regional" torna cada território incapaz de subsistir por si próprio, de tal maneira que converte Madrid em senhora de todos, ao mesmo tempo que fomenta a indústria do transporte e do consumo de combustível, que tão saneados ganhos contribuem ao fisco.

As colossais mudanças realizadas nas décadas de 60 e 70, que na Galiza tiveram lugar algo depois, nos anos 70 e 80 do século passado, cuja essência consistia na destruição definitiva do universo da ruralidade, com o

fim de edificar uma “Espanha” completamente moderna, capitalista, estatal e neoimperialista, foram tão decisivos para o ente estatal (espanhol) e para a classe capitalista, que o poder constituído, então de tipo fascista, contou com o apoio do esquerdismo e de um pretendido nacionalismo das nações oprimidas. É este um caso mais que põe em evidência que o esquerdismo foi convertendo-se, desde o último terço do século XX, na opção política melhor para o capital, muito por diante da direita.

Os efeitos da liquidação do “atraso”

Causa perplexidade que X.M. Beiras, em “A industrialización da Galiza: unha desmitificación”, contido no libro “Por unha Galicia Liberada. Ensaio en economía e política”, 1984, se proponha mostrar quanto escassa, fraca e insuficiente é a industrialización do país galego nesse ano. Quando somos vítimas de uma fixação mental tudo parece pouco, mas, passado mais de quarto de século, há dados que põem em questão tais desmesuras. Hoje na Galiza a indústria contribui 30% do PIB, percentagem similar ao de outros países europeus. Nela estão bem representadas as indústrias do automóvel (em 2007 a fábrica da Citroën de Vigo, fundada em 1958, sob o franquismo, fabricou o carro 9 milhões), a química e farmacêutica, a têxtil, a energética²⁵, a da transformação da madeira, a petroquímica, a agroindustrial e conserveira, além de outras várias. Algumas das empresas multinacionais espanholas emergidas

²⁵ Segundo “Reflexións sobre a enerxía eólica en Galiza. Impacto socioeconómico dos parques eólicos no medio rural galego”, do Grupo de Axitación Social, Vigo, 2009, Galiza era no ano 2007 a sexta potência eólica mundial, com mais de 130 parques. Isto, que enche de alvoroço aos devotos da modernidade, está a contribuir à devastação ambiental e ao afeamento da paisagem de um modo muito notável, com o apoio do ambientalismo institucional, que com o giro estatolátrico do último decénio tornou-se num simples apêndice do aparelho estatal espanhol, portanto, do capitalismo, aos que obedece em tudo.

nos anos 90 do passado século, sob a abrangência dos governos da esquerda, que são os que de forma mais inteligente defendem hoje os interesses do capital, iniciaram-se na Galiza, como é o caso da Inditex (Zara) cujo dono é tido por um dos homens mais ricos da Europa²⁶. As entidades financeiras têm na Galiza uns 2 500 escritórios, o que indica um nível de monetização e bancarização elevados. Um dado que mostra o grau colossal de produtivismo que padece o campo galego é a enorme obtenção de madeira proveniente, sobretudo, das plantações arbóreas de pinheiro e eucalipto, 5,5 milhões de metros cúbicos, em 2004, muito por diante dos 1,2 milhões da segunda, Castela e Leão. Em soma, hoje Galiza é uma sociedade de serviços e industrial com um peso insignificante do setor agrário, que segue minguando e que já está quase por completo convertido à agricultura industrial. Tudo isso equipara a economia galega com as europeias, embora a sua renda por pessoa continue a ser comparativamente baixa. Além disso, tendo vários milhares de entidades locais e aldeias, mais de um terço da população, 1 milhão de 2,8, concentra-se nas sete maiores cidades: Vigo, Corunha, Lugo, Ourense, Compostela, Ponte Vedra e Ferrol, o qual enuncia o insolente triunfo das megalópole sobre o mundo rural.

Hoje ser agricultor ou pecuário convencionais, na Galiza como em toda a parte, é atar-se a um trabalho mecânico, simplório, sem criatividade²⁷, que se reduz a fazer as

²⁶ A contribuição galega ao capitalismo espanhol, já desde os tempos do franquismo, não é desdenhável, como é evidenciado no livro "Barreiros. El motor de España", H. Thomas, uma biografia do ourensano Eduardo Barreiros que, baixo o regime de Franco, criou um império industrial capaz de exportar a meio mundo bens de automobilismo, de uma tecnologia relativamente avançada para a época.

²⁷ O livro de Harry Braverman, tão fundamental, "Trabalho e capital monopolista. A degradación do trabalho no século XX" está escrito a partir da observação das terríveis condições de vilificação do trabalho assalariado *industrial* nos anos centrais do século XX, que hoje são ainda piores. Pois bem, se se tivesse baseado na percepção da

operações ultrassimplificadas que recomendam (ordenam, em realidade) os grandes monopólios de comercialização das colheitas e gado, por um lado, e de venda de gastos, por outro. É um labor que, além de escravo, idiotizado e sem atrativos, costuma ser perigoso, pela toxicidade dos produtos empregados e pelo uso de maquinaria pesada. É estar sempre endividado com os bancos e depender em tudo dos caprichos do Estado, que intoxica e priva de liberdade ao desventurado agricultor através de três vias institucionais nada menos, a central, a autonómica e a situada em Bruxelas. É trabalhar cada dia mais intensamente e durante mais tempo, à medida que os preços de venda caem ano após ano, enquanto os de compra sobem, também ano após ano²⁸. É uma tarefa pelo geral solitária, no meio de uns campos despovoados, sobre um solo devastado pelos agrotóxicos, dedicando-se a produzir um único bem em regime de monocultura, no meio de uma população envelhecida, abatida, aculturada, sem futuro: essas são as tremendas consequências que têm resultado da superação do “atraso”, o que explica que ninguém deseje hoje ser agricultor ou pecuário sob o regime convencional ou de agricultura industrial.

Em poucos textos é exposto com tanta veemência o horror do trabalho agrícola e pecuário contemporâneos, que se conhecem por ter sido praticados pessoalmente, como em “El món no és un negoci. Pagesos contra el men-

degradación do trabalho *agrícola* modernizado poderia ter escrito um texto ainda mais dramático e desesperado, mais demonstrativo da decisão do capitalismo de destruir a essência concreta humana para constituir sub-humanos “funcionais”.

²⁸ Em 2006, segundo o INE, para o reino de Espanha, o índice geral dos preços percebidos pelos agricultores foi (com base 100 em 2000) de 108,9, enquanto os preços pagos pelos agricultores elevaram-se a 113,3, para os bens e serviços correntes, e de nada menos que 123,9 para os bens de investimento. Prometeu-se demagógicamente aos agricultores galegos, uma vez superado o “atraso”, um futuro radiante que os frios dados desmentem.

jar porqueria”, de José Bové e François Dufour, livro fraco em bastantes assuntos, mas acertado neste. Quem conta horrores da sociedade rural popular tradicional, só para *embelezar e idealizar sem limites o mundo atual*, deveriam eles próprios dar exemplo e se converter em agricultores e pecuários conforme aos terríveis sistemas produtivos e tecnológicos atuais, para que sofressem nas suas carnes o que com tanta desfaçatez preconizam nos seus livros, escritos desde as cómodas e muito bem remuneradas poltronas das cátedras. O que ninguém pode negar é que no campo de antano, sobretudo no galego, trabalhava-se *cantando*, como o prova o enorme número de composições musicais de labor que têm chegado até nós: danças do palheiro, peças musicais para a colocação do espantalho, canções de canteiros, improvisações na recolhida do tojo, coplas de maçar o linho, cantares de vindima, malha do centeio, arada, forja e moenda, cantos de arrieiros, da seitura, da matança, e infinidade mais que faziam do ato de trabalhar uma tarefa humana, sociável, elevada, não especializada, festiva e cheia de dignidade. Hoje trabalha-se *chorando*, o que vai implícito na categoria de trabalho assalariado, situação que não terá remédio até que se elimine o capitalismo e se constitua uma sociedade libertada da inumanidade do assalariado.

Mas há mais. O fim do “atraso” tem significado uma multidão de males ambientais. Destruição da grande maioria do monte autóctone da Galiza, que em tempos foi uma realidade magnífica, admirável, capaz de fornecer uma alegria e serenidade intensa com a sua contemplação, e que hoje quase tem desaparecido baixo o empurre, arrasador por desenvolvimentista, do pinheiro mais medíocre e o eucalipto. Colapso em desenvolvimento da fauna e a flora com declive dramático da biodiversidade e variedade. Perda de qualidade dos solos, antanho entre os melhores da Europa pelo seu conteúdo em matéria orgânica, que se mineralizam, salinizam, compactam, carregam de metais pesados e

voltam tóxicos. Mudanças a pior no clima, sobretudo pela destruição dos bosques autóctones. Contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Envenenamento dos campos com substâncias químicas deletéreas: herbicidas, fitoquímicos, adubos de síntese, feromonas e outros, utilizadas a longa escala pela agricultura ecológica estatizada (neo-química) tanto como pela convencional (química). Utilização em massa de cultivos transgênicos, com o perigo que levam aparelhados. Contaminação de mares e oceanos, às vezes de forma grave, como acontece com a ria de Ferrol, até o ponto de converter em não aconselhável o marisco como nutrimento. Consumo universal de alimentos perigosos, sem sabor nem cheiro, de escasso poder nutricional. Maltrato aos animais nas granjas produtivistas, onde são utilizados como coisas, empanturrados de produtos químicos (antibióticos, hormonas, etc.), manipulados de uma maneira intolerável e destinados a produzir alimentos temíveis pela sua toxicidade e ínfima qualidade, com frequência mera porcaria. Redução da paisagem agrária a uma monótona e fatigante sucessão de monocultivos, cultivos arbóreos e granjas industriais. Importação de uma parte crescente dos pensos e alimentos, à medida que a agropecuária libertada do “atraso” se mostra mais e mais incapaz, devido ao fenómeno dos rendimentos decrescentes, de abastecer por si própria à população autóctone. Subordinação completa do campo à cidade, até o ponto de toda a Galiza viver para servir a sete grandes urbes²⁹.

²⁹ Em “Por una sociedad desindustrializada y desurbanizada”, documento recolhido em “Naturaleza, ruralidad e civilización” exponho que uma futura formação social livre não só tem de submeter a escrutínio crítico a indústria (que é diferente a, sem mais, eliminá-la toda) mas também tem que se basear numa distribuição racional e relativamente uniforme da população sobre o território, sem que tenha áreas onde se amontoem as pessoas nem também espaços quase despovoados, que equivale a desautorizar as cidades, que são locais de concentração do poder político e económico, de maneira que numa sociedade sem autoridades ilegítimas a sua existência não teria

Todo isso está contido na teórica sobre o “atraso económico”, pois a sua superação consiste na destruição do meio natural e das terras de cultivo, o qual está a converter a Galiza num espaço particularmente devastado, como o evidencia, entre outros muitos dados, a descomunal extensão que atingem os cultivos arbóreos industriais. Por isso resulta impúdico que agora X.M. Beiras e quem segue as suas doutrinas pretendam aparecer ante a opinião pública ataviados de “ecologistas”, quando têm contribuído tanto como o que mais à degradação do ambiente. Mas de quem antanho se fez passar por “nacionalista galego”, saltando do castelhano ao idioma nacional, com o fim de fazer penetrar melhor as suas divagações no meio rural, coincidentes com as do industrialismo franquista que inspiraram os Planos de Desenvolvimento, 1964-73, se podem esperar novas argúcias ogano, todas reprováveis pela sua falta de ética.

Outra nocividade é a *perda dos saberes tradicionais*. Em efeito, a aniquilação da sociedade rural popular galega para implantar a modernidade de desenvolvimento e produtivismo tem levado ao desprezo e esquecimento de um sem-fim de conhecimentos que formavam o acervo da sabedoria popular, e que tinham sido elaborados, conservados, desenvolvidos e transmitidos durante séculos, ou milénios. De todo isso já mal fica nada, e assim perderam-se percepções e habilidades fundamentais sobre cultivos, animais, flora e fauna silvestres, recolção de frutos, ferramentas, construção, artesanato, medicina, veterinária, regadio, conservação de alimentos, gastronomia, clima, vestuário e calçado, moenda, trabalhos do ferro, carpintaria, pesca e construção de barcos, preservação e melhora dos solos agrícolas, conservação das

razão de ser. O exposto não deve ser entendido como uma expressão de primitivismo, ideologia equivocada, mas como uma *reflexão de sentido comum* a respeito de uma ordem futura que supere as piores nocividades do sistema social vigente.

águas e tantos outros saberes úteis, com os que as gentes galegas têm subsistido durante milénios, respeitando, aliás, o meio ambiente. Num momento em que o futuro da sociedade industrial e de serviços aparece como duvidoso e problemático, pois as reservas de petróleo têm entrado na sua fase descendente e talvez num século, ou menos, se esgotem; em que as existências de diversos minerais e matérias primas estão na sua fase final, e quando os solos agrícolas estão a perder aceleradamente a sua fertilidade e, inclusive, começa a escassear a água potável a escala planetária, ditos conhecimentos são de uma importância enorme, pois deles pode, talvez, depender o futuro da humanidade, considerando nos próximos séculos³⁰.

Mas a arrogância e fatuidade dos tecnocratas, engenheiros e catedráticos, que creem saber tudo e que não têm mais que desprezo e ódio para a sabedoria popular, entesourada pela gente simples, colocaram-nos numa situação de difícil saída. A cada dia observa-se o irracional, incompetente, contaminante, desgovernado e desastroso, em todos os sentidos, das técnicas e procedimentos impostos por tais, uns lunáticos irresponsáveis e ignorantes que, se não se lhes freia, terminarão por destruí-lo tudo.

Não são só os saberes práticos e de sobrevivência física os que têm sido quase por completo aniquilados. Tão aflitiva é a perda dos conhecimentos e habilidades imateriais da sociedade rural popular tradicional galega, designadamente dos referentes à convivência, ao bom relacionamento, harmoniosa vizinhança e afetuosa amizade entre as pessoas, rasgos que não outorgavam àquela o selo de perfeita ou idílica (nenhuma formação social, enquanto obra humana, pode sê-lo), mas sim o de bas-

³⁰ Sobre este problemas, talvez o leitor ou leitora considere de interesse "Los límites del ecologismo", F. Rodrigo Mora. Uma versão sintética, titulada "Precisiones sobre los límites del ecologismo", está contida no livro "Ez Araban inon! Luchas contra el desarrollismo en Álava".

tante superior e melhor à agora existente. Aqueles, ao ser o substrato do órgão governativo camponês, o *concelho aberto*, formavam uma estrutura magnífica de noções interiorizadas que agora são imprescindíveis para superar a atual ordem, cujos pilares são a ditadura política, o ódio de uns a outros, o egocentrismo e a solidão enfermiza e o conflito interpessoal permanente e universal. Visto que as gentes de hoje não sabem conviver, porque o Estado as torna insociáveis para maximizar o seu ilegítimo poder de ordenar, proibir e mandar, deverão aprender dos seus avôs e avós rurais a respeitar aos seus iguais, a estar juntos, a se querer uns a outros, a se servir mutuamente por afeto, a não se deixar levar dos grandes males do individualismo burguês, o interesse pessoal, o atender só o corpo esquecendo o espírito e o afã de proveito particular. Na Galiza foi Castelão quem tratou este assunto, ao referir à vida concelhia, mas de uma maneira insuficiente, pois eram o miolo mesmo daquela formação social, e não algo de limitada significação.

Além da moral convivencial, *decisiva para constituir uma sociedade livre, sem Estado nem capitalismo*, perdeu-se já quase toda a cultura de tradição oral, bem como da música de criação e interpretação popular, que tão substanciais, valiosas e excelentes foram no país galego. Que fica da poética e lírica popular hoje? Com dor há que responder que praticamente nada enquanto realidade viva, mas sabemos da sua enorme significação no passado porque, entre outros vários autores, Domingo Blanco a estuda em "A poesía popular en Galicia, 1754-1885" (II Tomos). Que subsiste do magnífico direito foral galego, dantes de ser escrito direito consuetudinário, de criação popular? Muito pouco. Que resta da fabulosa narrativa oral tradicional? Com tristeza temos de responder que tem quase desaparecido, como podemos deduzir a partir de "A tradición oral en Galicia", de María Montaña, pois na "sociedade da informação e do conhecimento" atual

só há lugar para a doutrinação sem trégua das gentes através de hórridas mercadorias culturais, anulando a sua liberdade de consciência, erradicando a sua capacidade de criar no âmbito do reflexivo e transformando-as em servos mentais dos poderes académicos, intelectuais, políticos e mediáticos, sem esquecer a infame indústria do lazer nem aos estetócratas multissubvencionados e hiperpremiados, cuja razão de ser é triturar a *liberdade de consciência* das classes populares, que desse modo se convertem em sobressubmetidas, um estado de dominação e opressão do povo pelas elites mandantes tão atroz que nunca tem existido anteriormente.

É necessário também perguntar pela música popular tradicional galega, que tem numerosos estudos, como “Cancionero gallego”, de Eduardo M. Torner e Jesús Bal y Gay, “Alento de gaita. O sopro dun pobo”, de Óscar Losada Castro, ou “Cancioneiro galego de tradición oral”, de Dorothé Schubarth e Antón Santamarina, sem esquecer a excelente compilação realizada por Alan Lomax na Galiza, quando visitou a Península Ibérica nos anos 50 do século passado, recolhida em 2001 num CD. Aquela, de uma qualidade musical, alegria relacional e exuberância vivencial excepcionais, vai-se perdendo ou desnaturalizando. Causa surpresa que certo nacionalismo mal se ocupe destes assuntos, devido a que o furor industrialista, o desejo de serem o mais modernos possível, consumir mais e ter mais “bem-estar” material torna-o cego e surdo a tudo o que é elevado, transcendente e espiritual, estado de ânimo que manifesta a sua natureza vulgar burguesa. Esse é o quadro do genocídio cultural que o poder espanhol tem realizado e realiza na Galiza, agora através da sua secção “galega”, o aparelho autonómico.

A destruição dos saberes populares, de todos, dos de subsistência, tanto como dos espirituais, políticos, estéticos, éticos e convencionais, que é uma agressão desco-

munal à Galiza, é defendida de facto por “O atraso económico de Galiza”.

Mas não fica aí a cousa. Promover o industrialismo é ir na direção desejada pelo aparelho militar (espanhol, neste caso), pois a indústria, no que tem de mais medular, dirige-se no principal a satisfazer as necessidades de recursos de agressão, dominação e manipulação do ente estatal, de tipo mediático, policial, judicial, tecnológico e, sobretudo, *militar*. A visão idílica da industrialização que geralmente oferecem os manuais escolares é que serve às necessidades civis, sobretudo, ao “bem-estar” da grande maioria, mas este conto para meninos não se tem em pé quando se estuda imparcialmente a realidade. No principal, a alta tecnologia está sempre vinculada aos exércitos, como o prova que até 70% dos cientistas, engenheiros e investigadores, no plano mundial, trabalham para eles. No caso tratado, a industrialização franquista, que afetou de maneira significativa a Galiza, estava explicitamente ligada a fornecer ao exército meios de guerra e intervenção contra a sociedade civil. Hoje, quando a hipocrisia se tornou universal, e a mentira triunfa como nunca, isso é negado ou ocultado, mas a realidade permanece invariável, se não piorada, e o seu estudo permite estabelecer que *industrialização equivale a militarismo*, hoje mais do que nunca.

Nos textos de X.M. Beiras, bem como nos dos seguidores enquanto chefe político, achamos em falta a crítica do exército, por tal e por espanhol. Procurar-se-á em vão nas suas obras, o qual é lógico, pois sem exército não há indústria, e este autor, como catedrático de Estrutura Económica sabe-o muito bem, embora se abstenha de o dizer. Falta também a necessária denúncia da Guardia Civil, cuja lutuosa presença tem sido e é uma tragédia constante na história contemporânea da Galiza. Lembremos os quadradinhos de Castelão, apresentando este temível corpo militar-policial como o que é, um vetor de espanholização, um agente ativo da destruição da língua

da Galiza, uma força de constrição destinada a fazer cumprir até na última aldeia galega o que decida o parlamento e o governo de Madrid e um repressor formidável³¹. Pois bem, quase nada, ou simplesmente nada, há de crítica ou denúncia do seu atuar nos textos e discursos daquele autor, cheios de uma retórica vazia, metade social-democrata e metade espanholista.

Pelo um e o outro, aquele autor “esquece” sempre o Estado (espanhol). Este, para ele, ou não existe, o que é uma forma muito hábil de o proteger, ao encobrir as suas atrocidades, ou é uma realidade benéfica que deve ser olhada com simpatia.

A sua apologia do progresso e o desenvolvimento é um canto à sociedade de consumo, embora depois tenha a audácia de censurá-la nalguns dos seus escritos. Obviamente, a hipocrisia destes, que dizem a cada momento o que interessa, manifesta que o seu autor é, antes de mais nada, um político profissional próprio do sistema partitocrático e parlamentar, para quem a verdade e a ética são valores desdenháveis. Nisto difere também do mundo tradicional galego no qual todo o ser humano, antes de ser degradado pelo poder constituído, possuiu umas normas morais fundamentais, extraídas do sentido ético natural, que eram respeitadas por todas e todos com rigor, sem que se admittisse a *mendicidade* nem o regateio.

³¹ A tradição, tão galega, de denunciar à Guardia Civil, tem hoje a sua continuidade num texto de 2006, “Mancomunidade de Montes do Val Miñor: formación e reivindicación”, Xosé Alfredo Pereira e outros. Não é necessário recordarmos os acontecimentos de Maçaricos, em 22-1-1963, quando a Guardia Civil atacou os vizinhos que defendiam o monte comunal e o bosque autóctone, assassinando um deles (Xosé Esperante Paris), deixando feridos de bala a mais três e detendo a vinte. Não existirá uma Galiza livre enquanto a Guardia Civil permaneça nela, e isso é justamente um dos piores sofismas de Beiras, fundamentar a “liberdade nacional” na presença dessa *força de ocupação espanhola* e, ao mesmo tempo, *aparelho de esmagamento do povo trabalhador*, a quem nega a liberdade política e civil.

Mas sem denunciar o exército espanhol, sem exigir o desaparecimento da Guardia Civil da Galiza, em que se substancia o pretendido nacionalismo de X.M. Beiras? Este assunto tratar-se-á numa secção posterior.

Examinemos um caso concreto, esclarecedor. Seguindo esse determinante livro que é "Nuestro futuro robado", VA, uma das grandes obras do século XX, dedicado a mostrar com provas incontestáveis que as substâncias químicas vertidas por toda a parte no processo industrializador são negativas para a continuidade e reprodução da vida humana, uma investigação recentemente realizada assinala que umas 550 substâncias químicas, introduzidas no meio natural, portanto, nos alimentos, no ar e na água, *pela indústria*, são culpáveis de uma alarmante queda do índice de fertilidade dos varões, por perda da qualidade do sémen. Para os territórios submetidos ao domínio do poder espanhol conclui dito estudo que a pior situação acontece na Catalunha, onde a subfertilidade afeta 23% dos homens jovens, e a melhor na Galiza, onde unicamente 8,5% a padece. Esta é uma das consequências nefastas da industrialização pois, ao estar realizada há muito tempo na Catalunha o meio aparece abarrotado de tóxicos, enquanto ao se ter atrasado na Galiza, está bastante menos contaminado, embora talvez por pouco tempo, infelizmente. Este assunto prova as fundamentais vantagens do "atraso económico".

Uma reflexão necessária, neste capítulo, tem de referir à "ciência económica" em que crê tão obstinadamente, como catedrático de Estrutura Económica que é. Tal "ciência" é ensinada (imposta) pelos colossais e muito caros aparelhos (pagos pelas classes trabalhadoras) de manipulação das mentes e de negação da liberdade de consciência que recebem o nome de Universidades, cuja natureza e condição como corpos estatais em pouco se diferenciam das do exército ou as diversas polícias. A sua essência é ideológica e pouco mais, um maquiavélico sistema de crenças que degrada o ser humano a "homo

œconomicus" em benefício do *statu quo*. Os seus conteúdos são uma soma enorme de erros, fórmulas instrutoras, salmódias politicamente úteis e sofismas que procuram magnificar o Estado, ocultando a sua determinante função na direção da vida económica, para o qual inventa o mito do "livre mercado" como onnipotente entidade reitora, ou bem lhe apresenta como causa primeira de felicidade e bem-estar, na forma de Estado de bem-estar. Desde Adam Smith para cá a "ciência económica" foi crescendo em verborreia e arbitrariedade, até chegar a ser um inchado corpo de tolices que, por um lado, serve para doutrinar, ao não expressar nenhum saber digno de respeito pelo seu conteúdo de verdade e, por outro, em cada crise económica manifesta a sua cómica impotência para oferecer remédios, para além das receitas que, ignorando-a, fabricam as autoridades económicas e políticas sobre a marcha. Aliás, estão os professores de tão bizarra disciplina, que disputam constantemente, já sem público, sobre este ou o outro bizantinismo, e continuam escrevendo livros e artigos, que agora mal ninguém segue.

Ainda a leitura dos autores da Escola de Salamanca e de Adam Smith fornece ao leitor ou leitora alguns indícios de verdade, mas à medida que vai avançando na história da "análise económica", por utilizar a pomposa expressão de Schumpeter, reforça-se mais e mais o carácter manipulativo e toscamente propagandístico desta disciplina. Efetivamente, já pouco tem a ver com a realidade o que Ricardo ou Marx expõem (deixando a um lado a formulação sobre a exploração e a mais-valia deste último, que é correta), menos ainda Malthus, J. Mill (esse malandro) ou Say, e praticamente nada Jevons, Walras ou Marshall. Mas há que chegar a Keynes, um oráculo quase ininteligível, para compreender que a "ciência económica" é só uma das religiões da modernidade, tendência que se torna mais aguda, se isso for possível, com os últimos génios da cousa, que se limitam a ingressar

nas suas contas as substanciosas sacas dos prémios, Nobel e outros, bem como a se trocar dos palermas que ainda tomam a sério os seus sapienciais sermões. Tudo isso sem esquecer ao guru Paul Krugman, experiente em obviedades, que vende a preço de ouro, nem ao estatóla-tra Joseph E. Stiglitz, para quem um ente estatal hipertrofiado é o “socialismo”, tornando-o num dos principais defensores do Estado policial e do crescimento do aparelho bélico, isto é, um militarista contumaz, como são todos os adoradores do Estado a partir da esquerda.

O considerável ónus de fraude intelectual e irracionalismo que há em todo isso é expressão da verdadeira natureza do nosso tempo, dominado pelos fanatismos e as superstições como nenhum outro na história. Uma tentativa de ridicularizar tanta bobagem, não conseguido, mas digno de encómio por ir na boa direção, é “La economía como ideología. Mitos, fantasías y creencias de la “ciencia” económica”, José María Cabo. Portanto, há que fechar as faculdades de económicas, acabar com o parasitismo e pôr fim à doutrinação, realizando com isso uma precondição da liberdade de consciência nesta matéria, e dedicando os recursos materiais e humanos destinados a tão daninha função à reflorestação com espécies autóctones.

Nos anos 60 e 70 foram a Idade Dourada de dita pseudociência ou fraude mas, em vista do seu afastamento da realidade e a sua natureza politizada e ideologizada, conforme aos interesses fundamentais dos mandatários, o seu descrédito é enorme na hora presente e será mais no futuro imediato. Vivemos maus tempos para todo o tipo de escolásticas, e a citada é uma das piores, pois tem sido capaz de ofuscar a mentes poderosas, mas agora só concita indiferença, quando não desdém e sarcasmos. A sua ideia fixa é o crescimento económico, pois toma como axioma primeiro que a felicidade, ou bem-estar pessoal, provém da posse do maior número de bens, da acumulação máxima de riquezas. Esta, apresen-

tada como verdade indubitável, é nada mais do que uma perversa imposição ideológica.

Primeiro, porque a felicidade não necessariamente deve ser a meta ou desígnio da humana existência, visto que há propósitos superiores, como a liberdade, a verdade, o bem moral e a convivência, sem esquecer a revolução³². Segundo, devido a que os *bens imateriais* são, para a pessoa, que é corpo e espírito, pelo menos tão decisivos como os materiais. Terceiro, porque ao fazermo-nos devotos da felicidade, do bem-estar, que é o seu sinónimo económico, renunciamos à nossa condição humana, que se define em primeiro lugar pelas metas espirituais anteditas, e porque ao pôr as esperanças nas coisas materiais fazemo-nos escravos dos amos delas, os proprietários, os capitalistas e o aparelho estatal, de maneira que perdemos a liberdade. Quarto, a experiência ensina que é incerto que o bem espiritual provenha da abundância material e que, muito pelo contrário, resulta certo que o excessivo das riquezas é causa significativa de degradação intelectual e da perversão moral dos homens e mulheres, de maneira que a vida ótima, ou ao menos melhor, é *de escassez material e abundância máxima possível de bens imate-*

³² Nessa direção, uma obra de certa utilidade, apesar da sua elementaridade, em especial pelo que expõe no subtítulo, é "La felicidad. Todo lo que debes saber al respecto y por qué no es lo más importante de la vida", W. Schmid. Convém recordar que a felicidade, além de uma categoria ideológica, é hoje um mandato constitucional, pois aparece como ordem e imposição nos principais textos político-jurídicos, desde a Declaração da Independência dos EUA, de 1776, à Constituição Política da Monarquia Espanhola, de 1812, que no seu art. 13 expõe que "o objeto do Governo é a felicidade da Nação (sic)". Isto vem a significar que o sistema de dominação está obrigado a nos fazer felizes, quer queiramos quer não, gostemos ou não, assunto que é o máximo do despotismo. O seu sinónimo, o bem-estar, organiza a noção de Estado de bem-estar, formulação destinada a tornar aceitável o ente estatal entre as massas, convertida no maior bem por uma esquerda e esquerda radical que agora, em plena putrefação doutrinária e prática, se limitam a fazer a apologia do instituído.

riais, alvo que faz supérflua qualquer "ciência económica". Quinto, as sociedades ricas são as piores, ao ser as de menor liberdade, pois a riqueza permite ao Estado e à classe dos proprietários implementar os mais potentes aparelhos de dominação, instrução e repressão, ao mesmo tempo que sepultam o indivíduo no inferno do trabalho produtivo incessante, que o anula como ser humano. Sexto, a mais riqueza mais vícios, mais degradação moral, portanto, menos capacidade para lutar pela liberdade, para o esforço desinteressado (sem o qual nada grande é fácil de fazer), para realizar a revolução.

A experiência histórica e atual ensinam uma verdade fundamental: que *a economia não é o mais importante*. O que conta para fazer avançar o processo histórico é a verdade, a qualidade do sujeito, o esforço magnânimo, a sociabilidade e a disposição da vontade, não os estádios do desenvolvimento económico, nem a tecnologia, nem a produtividade do trabalho: são os seres humanos e as suas capacidades reais (ou a ausência delas) quem fazem a história em última instância, não as coisas, na sua abundância ou escassez. Libertados dessa lunática fé na felicidade, no bem-estar, nas maravilhas do Estado de bem-estar, no vulgar goze dos estômagos repletos, podemos retomar nas nossas mãos a tarefa de realizar a história conforme a metas estabelecidas para, num segundo momento, dese-
nhar um sistema económico conforme com aquelas.

Assim foi sempre em realidade. O capitalismo, *verbi gratia*, longe de proceder da inexorabilidade de um estádio dado de desenvolvimento das forças produtivas (asser-
to sempre exposto, mas jamais demonstrado), o qual outorga à sua existência um carácter, dizem, "necessário", é o procedimento produtivo de que, a partir do século XVIII, se serve o Estado para maximizar a sua vontade de poder, ao receber de maneira reduplicada os meios materiais, os recursos monetários, as ferramentas para o instrução e a equipa militar e policial necessários para esmagar e mani-

pular mais e melhor as classes populares no interior e disputar, por meio de guerras a cada vez mais numerosas e sangrentas, com os outros entes estatais no exterior.

O sonho perverso da esquerda é fazer uma “revolução” que estatua a sociedade do hiper-consumo (em realidade, do hiper-capitalismo), uma ordem de abundância material tão descomunal que equipare o ser humano com o porco (ou, se se desejar, com o “homo œconomicus”, que vem a ser o mesmo), ideia que está na base, não nos deixemos enganar pela retórica, do marxismo, visto que a tomou, cãndidamente, da economia política estatal-burguesa, talvez porque esqueceu o asserto de Sexto Empírico, “sê sensato e aprende a duvidar”. Esse credo é o que se encontra nos escritos de Beiras Torrado, na forma de uma Galiza tão opulenta materialmente, tão cheia de fábricas, abundância, consumo, tecnologia, máquinas, automóveis, serviços fornecidos pelo Estado (espanhol) de bem-estar, PIB crescidíssimo, viagens de prazer, redes cibernéticas, superportos, autoestradas e outras grandes infraestruturas, segundas e terceiras residências, sujeitos multitulados (a cada dia mais doutos em inglês que em galego) que já não pode ser ela mesma, só a sua caricatura, como está agora a ponto de acontecer.

Mas, se pensássemos com sensatez, o desejável é uma sociedade livre, autogovernada e autogestionada, com liberdade para os povos oprimidos, para as classes oprimidas e para os indivíduos, onde a verdade, a convivência e o bem moral tenham liberdade para se manifestar, e com o nível mais baixo possível de riqueza material, em comunhão com a natureza e virada nos bens e realizações de tipo imaterial, com o ser humano como elemento mais valioso, muito por adiante das coisas materiais, hoje mercadorias. Uma ordem social, também, em que os que discordem da “ciência económica” tenham as mesmas possibilidades reais de expor os seus pontos de vista que quem hoje a impõe no poder, imenso e ilegítimo, que lhes

outorgam as suas cátedras, pois unicamente assim será real a liberdade de expressão e a *liberdade de consciência*, que é o bem imaterial mais valioso, afinal de contas.

Pelo demais, a meta da hiperabundância material está a devir já em pesadelo: a natureza é finita, não tem recursos suficientes para tanto; o desenvolvimento está a destruí-lo tudo, começando pelos seres humanos; ao olhar em torno, só vemos fealdade, bens sem qualidade, devastação, indivíduos capitidiminuídos cuja condição humana se está a esfumar, contaminação, sujeira, materiais pobres e barbárie. Os custos reais, explícitos e ocultos, colossais, de um modo de produção tão ineficiente, esbanjador e devastador como é o capitalismo mecanizado maduro exigem já ser satisfeitos, e os países ricos têm começado a marcha para o novo reino da escassez, que não será como o do passado, escassez com afabilidade, irmandade entre as pessoas, uma profusão de saberes e habilidades, um aparelho estatal bastante fraco e uma natureza radiante, mas com perfídia universal, ódio de uns a outros, um mega-Estado disposto ao devorar tudo e a todos, uns sujeitos que, literalmente, não sabem fazer nada e não valem para nada e uma natureza em agonia: tal é a obra da “ciência económica”, como guia para a ação institucional e como fé obrigatória para a plebe.

Uma função especialmente negativa, ao ser agente direto da destruição do mundo rural popular tradicional galego, desempenhou-no nos últimos 50 anos o grupo de pessoas com estudos superiores na Galiza (agora mesmo, 25% das pessoas entre 25-34 anos). Instruídos pelo aparelho académico, são sujeitos construídos desde fora, violando a sua liberdade de consciência, pelo qual se deixaram utilizar como vetores de modernização da sociedade rural, pelo geral crentes na religião do produtivismo e devotos das instituições autonómicas. Este singular grupo social, que existe desde finais do franquismo, embora naquela altura fosse bastante mais reduzido numericamente, ao ser numa certa proporção de origem

rural, voltava às aldeias, lugares e pequenas vilas transformados em missionários e predicadores, em ocasiões ardorosos, dos prodígios e maravilhas da modernidade, tornando-se muito eficazes nas suas tristes tarefas de difamação, desqualificação e demolição, bem mais quando uma parte deles se afirmavam nacionalistas. Por suposto que teve exceções de muito valor e significação, pessoas e coletivos animados de um sincero amor ao povo e à Galiza, mas foram uma minoria. Há que destacar assim mesmo a adesão de tal grupo a uma das ideologias mais nefastas da modernidade, utilizada contra o mundo rural popular, a hedonística, placentária e felicista, que é a da sociedade de consumo e, ao mesmo tempo, um dos pilares da ordem liberal-constitucional.

Não se pode fechar este capítulo sem dizer algo das edições posteriores, de 1981 e 1995 sobretudo, de "O atraso económico de Galiza". Este é, em primeiro lugar, um texto conjuntural, a contribuição dos professores-funcionários públicos ataviados de nacionalistas à política industrial do Estado (espanhol) fascista: tinha que unir forças no momento crítico, nos anos 70, e isso foi o que fizeram. Posteriormente, a cousa muda, pois demolido o mundo rural popular, culminado o genocídio cultural, sentadas as bases sociais para a destruição da língua nacional e da nação enquanto tal, devastado o ambiente, hipertrofiadas umas poucas cidades em prejuízo da Galiza interior e postos em evidência os horrores da industrialização tinha que começar a se desmarcar de todo isso, ao grito de "eu não fui", tarefa que Beiras Torrado realiza com eficácia. Já a edição de 1981 dá um passo para trás e joga com a demagogia, por exemplo, ao lamentar as grandes extensões destinadas ao pinheiro e eucalipto, mas podia ser de outro modo? Podia ser feita a reorganização produtiva do espaço galego, tal como exige a ordem constituída, de outra maneira? Amar o capitalismo, mas lamentar verbalmente algum dos seus efeitos é o que têm feito os demagogos de

todos os tempos. Diz, aliás, que teve que praticar a “auto-censura”, para publicar sob o franquismo, mas como é isso credível se a sua obra repete todos os pontos do programa industrializador de dito regime? É mais, também se “auto-censurou” nas suas anteriores obras, em castelhano, ortodoxas ao cem por cento?

Mais sofisticada ainda é a edição de 1995 em que inclui reflexões e precisões destinadas a eludir as próprias responsabilidades pelas atrocidades que tiveram lugar, a fim de reforçar a sua nova imagem, enquanto político profissional social-democrata que não se detém perante nada, “ecologista”, “nacionalista”, “antissistema” e algumas outras, as que demandarem as circunstâncias. Um fazer tão camaleónico, só pode enganar a quem desejam, antes de mais nada, ser enganados pelos professores-funcionários públicos e os políticos profissionais. Quem foi o pai intelectual da *revolução industrial galega*, tão nefasta e devastadora como qualquer outra, deveria, pelo menos, ter a galhardia de responder por isso, em vez de se ocultar depois de uma grande cortina de fumaça de palavreado mentiroso.

Galiza e a questão nacional

Segundo as formulações de X.M. Beiras, Galiza está submetida por Espanha a uma dominação de tipo "colonial" que se manifesta principalmente no suposto atraso económico da primeira, pois a potência colonizadora extrai dela matérias primas e alimentos a baixo preço, bloqueando o desenvolvimento da indústria moderna, de maneira que o campesinato é o componente principal da população ativa. O primeiro que chama a atenção é que esta análise pôde ter alguma conexão com a realidade quando foi formulada, nos anos 60 do século XX (dito autor já o insinua nas suas obras em castelhano), mas agora, mais de meio século depois, carece de correspondência com a realidade da Galiza, que no estrutural, como se expôs, em nada substantivo se diferencia de outras nações europeias, tenham este o estatuto de dominantes ou dominadas.

Tal enunciado, aliás, entra em contradição com um verdadeiro número de factos, bem conhecidos. Por um lado, se o franquismo estabeleceu a forma mais agressiva de dominação espanhola na Galiza, ao mesmo tempo levou adiante um esforço industrializador e modernizador das suas estruturas económicas que não pode ser desdenhado, o que viria a pôr em suspeita a teoria "colonial", visto que teria sido o regime político mais "colonialista" quem deu passos decisivos para fazer com que a Galiza deixasse

de ser principalmente exportador de recursos primários, isto é, uma “colónia”. Ao mesmo tempo, hoje temos que, de tomar a sério as formulações de Beiras, a Galiza interior seria uma “colónia” da Galiza atlântica, pois aquela está pouco industrializada e abastece a segunda de produtos agrícolas, energia, madeira, água, gado e outros bens básicos, sem esquecer a emigração, reduzida mas não desdenhável, de mão de obra, que viria a diferenciar entre uma Galiza “colonialista” (a urbana) e outra “colonizada” (a rural), análise que parece um tanto embrulhado.

Se observamos a situação em Espanha, encontramos o mesmo. Em 1978 publicou-se “Extremadura saqueada”, VA, uma denúncia da espoliação de matérias primas e recursos alimentícios que sofre este território, que segue hoje tendo a renda por pessoa mais baixa de todos os integrados no reino de Espanha, inferior à da Galiza, além de ser a menos industrializada. Contudo a ninguém se lhe ocorre sustentar que a Extremadura foi, ou é, uma “colónia”, mas que a sua situação se explica pelas estruturas de especialização produtivas internas que foi impondo a política económica estatal, que concentrou a indústria nuns territórios e a agricultura noutros. Isso dá origem a um intercâmbio assimétrico, que enriquece os primeiros, enquanto área das cidades, e deprime os segundos, como campo, ou território rural. Inclusive em espaços tão singulares como a atual região madrilenha dá-se uma situação em que a capital espolia os seus recursos à serra de Madrid, como exponho em “El impacto de la ciudad en el mundo rural”, condenada a surtir de madeira, água, energia, espaços lúdicos e terrenos onde edificar imensas aglomerações de casas para folga dos desventurados urbanitas, mas ninguém urde uma teoria sobre que a serra madrilenha, a 70 quilómetros da megalópole, seja uma “colónia” de Madrid.

Portanto, a explicação puramente económica da singular situação que padece a Galiza, enquanto comunidade humana diferenciada, com uma identidade própria, den-

tro do Estado espanhol, muito real sem dúvida, não leva a parte alguma.

Se a Galiza é “colónia” isso equivale a dizer que o relacionamento entre ela e a potência colonizadora, Espanha, seria similar à que teve com Marrocos, até 1956, quando esse país foi abandonado sem violência, ameaçada Espanha pelos EUA a o fazer, ou à existente até 1962 entre a Argélia e a França, ponhamos por caso. Que, no seu dia, Marrocos e a Argélia foram colónias ninguém o põe em dúvida, mas que tal qualificativo deva se atribuir antano e, muito menos agora, a Galiza, não é possível de sustentar.

As colónias resultam de uma conquista militar em que as elites autóctones não se integram, salvo casos individuais, muito escassos, nas elites da potência colonial. Efetivamente, não houve nunca ministros ou generais argelinos na França, nem praticamente ninguém das classes opulentas marroquinas participou nos órgãos de comando e governo espanhóis. O que se dá, pois, é um facto *político*, que é o decisivo, e de que dependem as questões económicas: uma nação, ou país, impõe a outro, ou outros, o seu aparelho militar, administrativo, judicial, tributário, mediático e escolar, priva-o do decisivo do poder de decidir e ordenar, converte-o em povo dominado e governado desde fora, pelo Estado colonial, originando uma preterição do seu direito, costumes, cultura, língua, história e arte. O colonizado, antes que um explorado condenado ao subdesenvolvimento, é um dominado, um governado, alguém que carece de liberdade, inclusive no caso das minorias privilegiadas, que também têm de ceder aos desígnios político-jurídicos, portanto militar-policiais, do poder colonial.

Na Europa Ocidental, nomeadamente no que oficialmente se denomina Inglaterra, França e Espanha, foi-se originando, nos últimos 500 anos aproximadamente, um fenómeno de diferenciação entre povos e territórios, uns dominados e outros dominantes, uns dotados de Estado próprio e outros forçados a padecer ao Estado do vizinho, o qual

levava a uma mais ou menos rápida declinação das línguas vernáculas, a uma geral falsificação da sua história, a um colapso das suas instituições e formas de governo, a uma marginação e inclusive desaparecimento do seu direito e corpos de leis. Com a revolução liberal e constitucional, liberticida em grau superlativo, as liberdades dos povos submetidos enquanto povos entraram numa fase de agonia, pois suprimidas de uma vez o que subsistia das velhas instituições autóctones dos territórios subjugados, cada um dos citados países desejava ser “um e indivisível”, com a língua do Estado convertida, pelo menos na intenção, em única e obrigatória, o mesmo que a história, cultura e idiosincrasia do povo que, no vaivém da história, lhe tinha correspondido ter sobre si, como opressor, o Estado que dominava aos outros povos sem Estado, no nosso caso Espanha.

Este tipo particular de desigualdade entre povos, é especificamente europeu, e pouco tem a ver com o facto colonial que, pelo demais, entra em desintegração depois da vitória a escala planetária dos EUA, em 1945, potência que impõe o modelo neocolonial, edificado sobre as ruínas do precedente, colonial, a dia de hoje inexistente, deixando de lado algumas manifestações residuais. No modo europeu de dominação de uns povos por outros (em última instância, pelo Estado de outros) tem lugar uma *fusão das elites*, ou uma integração, se se desejar, dos mandatários dos territórios dominados no aparelho de poder dos dominantes. Isso aconteceu, para o caso das relações Galiza-Espanha há já séculos, ao se fundirem os mandatários no seio das instituições governativas do Antigo Regime, que explica que na Ilustração houvesse galegos desempenhando funções de primeira importância, como foram Feijó ou Sarmento³³, sem os quais é impossível compreender no século XVIII peninsular.

³³ A respeito da notável presença e influência deste nas instâncias de poder do século XVIII, na coroa de Castela, consultar o monumental

Posteriormente, abundam os galegos nos aparelhos de governo de Espanha, sempre em postos de poder máximo, como são os casos do marquês de Figueiroa, Portela Valadares, Calvo Sotelo, Blanco Torres, Suanzes, Fraga ou Pepe Blanco, sem esquecer, naturalmente, a Franco e sem deixar de lado a longa lista de chefes e altos oficiais do exército espanhol e da Armada que foram e são galegos, bem como o dos comandos da Guardia Civil, por exemplo Camilo Alonso Vega, diretor-geral desse corpo sob o franquismo, homem brutal e desalmado, às ordens diretas de Franco, e responsável último dos crimes que aquele cometeu na luta contra o máquis, uma parte deles na Galiza³⁴. Esta *fusão ou integração das elites* provém de vários fatores, um deles é a necessidade de dotar de uma mais sólida base social ao projeto de domínio colonial, agora neocolonial, dos povos não europeus, que exigia exércitos poderosos, isto é, utilizando uma única língua no seu funcionamento como organismos hierárquicos e verticais sustentados na mais rápida circulação e execução das ordens recebidas, o qual demandava impor a língua do Estado a todos os territórios abastecedores de recrutas, o que dá razão de que, depois das agressões às línguas não estatais que tiveram e têm lugar na Europa ocidental, esteja o aparelho militar.

A maneira europeia de dominação de uns povos, ou nações, por outros é, em consequência, um facto antes de mais nada político, militar, jurídico-policial, cultural, linguístico e histórico, e só secundariamente económico. Efetiva-

estudo biográfico, mal focado no analítico e argumental, mas muito rico em informação, de J. Santos Puerto, "Martín Sarmiento: Ilustración, educación y utopía en la España del siglo XVIII", 2 vols. Não se pode esquecer também o curioso facto sociológico de alguns dos mais destacados fundadores do Partido Galeguista em 1931 serem funcionários públicos de categoria média e alta do Estado espanhol na Galiza, dado que contribui a refutar a teoria "colonial".

³⁴ A respeito da copiosa presença de oficiais galegos em tal corpo, além de Alonso Vega, "La Guardia Civil. Claves históricas para entender a la Benemérita y a sus hombres (1844-1975)", M. López Corral.

mente, a algumas nações oprimidas correspondeu desenvolver-se ativamente como potências industriais, é o caso de Euskal Herria e a Catalunha nuclear, e a outras ficarem confinadas no âmbito do agrário, como a Galiza e os territórios dos Países Catalães que não fazem parte da Catalunha, que também foram rurais até há muito pouco, conquanto com uma agricultura decididamente mercantil, monetizada e capitalista de há muito tempo, talvez desde o século XVIII nalgumas áreas, o qual as distingue da Galiza. Aparte restam as Canárias, que conquanto estão, geograficamente na África, suportam um modelo de dominação nacional especificamente europeu, embora com notáveis particularidades, também muito alteradas nos últimos decénios.

É até risível que, de aplicarmos os postulados do “colonialismo” tal como os entende o autonomismo galego que se diz nacionalista, a Catalunha não teria padecido opressão, por ser muito industrial, mas o resto dos Países Catalães sim, ao terem possuído o setor agrário como determinante até não há muito tempo, o qual romperia a nação catalã, que no substantivo é uma *comunidade de língua, história, cosmovisão e cultura*. Pelo mesmo, os territórios setentrionais de Euskal Herria, pouco industrializados, seriam uma “colónia” da França, enquanto os do sul não o seriam de Espanha. Certamente, quando só importa a economia, acontece que a língua, história, idiosincrasia e cultura, enquanto *bens imateriais fundamentais*, são concebidos de um modo instrumental e subordinado, levando a cometer dislates monumentais. Essa exacerbação do económico é uma ideologia totalitária, própria também do fascismo, como demonstrou o regime franquista, que mutila e destrói o ser humano, ao reduzir a uma parte de si, negando a sua essência concreta, ao ficar rebaixado a mero produtor-consumidor, isto é, a sub-humano mais ou menos funcional destinado a acumular e concentrar o capital, e a servir ao ente estatal.

Na Galiza, devido à sua potente demografia (um assunto mais que manifesta a vitalidade e eficácia da sociedade rural popular tradicional galega), o recrutamento de soldados para o exército foi um assunto de importância, mas a questão do idioma, por um lado, e a incompatibilidade cultural e de cosmovisão entre uma sociedade tão democrática, coletivista e fraternal como a galega popular-rural e as estruturas militares, reduziu o aproveitamento do potencial humano galego pelo exército espanhol, pondo-se em evidência na guerra de Cuba e, depois, na de Marrocos. Na raiz disso estava o fracasso na “nacionalização das massas” que tem padecido o Estado espanhol até há muito escassos anos, ao invés que os da França e da Inglaterra, que resolveram este questão há séculos. Por isso, as gentes não se identificavam com “a nação” liberal e constitucional, com Espanha, isto é, com o Estado, de maneira que os relacionamentos mútuos, designadamente no tocante ao exército, eram desastrosos para aquele.

Algum autor, Santiago Muñoz Machado, em “El problema de la vertebración del Estado en España (Del siglo XVIII al siglo XXI)”, a partir de uns postulados institucionais, interroga-se sobre o porquê deste determinante fracasso, assunto apaixonante que dista de estar bem esclarecido, mas que, muito provavelmente, tenha a sua raiz última no antagonismo das classes populares dos diversos povos submetidos ao Estado espanhol com a modernidade, que atingiu um nível máximo, possivelmente, na Galiza, junto de Euskal Herria, devido a que as estruturas ultra-autoritárias da ordem liberal constitucional chocavam de maneira frontal com os pressupostos da sociedade do concelho, consuetudinária e comunal, a que aliás condenavam à morte. Tudo isso, no entanto, diz muito sobre o amada que era pelas suas gentes.

A trituração da língua, cultura, modo de ser, estilo de vida e cosmovisão próprias da sociedade rural galega, que até há uns decénios vinha a coincidir com a essência do galego, já que as escassas e pouco povoadas cidades, e as

classes cultas (incluídas a maioria das formações políticas e culturais galeguistas) eram uma criação artificial do Estado (espanhol), em que o castelhano era dominante e se tornou numa exigência de primeira ordem para o sistema de dominação. Em "Historia de las instituciones españolas (siglos XVIII-XIX)" Antonio Álvarez de Morales expõe com detalhe a avalanche de medidas legais, jurídico-policiais, educativas e administrativas, tomadas pelo Estado espanhol, sobretudo no século XIX, mas com continuidade no século XX, para aniquilar a viva força as línguas oprimidas, aquelas que não eram a do Estado (espanhol) e, portanto, o galego. A lista de disposições em que se materializa a *opressão linguística* é tão longa como o furor dos agentes da destruição, espanhóis espanholistas todos eles, atrocidade que estremece, ao mostrar até onde é capaz de chegar o ente estatal, para algum devindo agora potência benéfica, mercê a que se apresenta como Estado de bem-estar e Estado das autonomias³⁵. Mas o idioma galego suportou bem o assalto porque a comunidade rural era compacta, estável, organizada e dotada de formas de autogoverno parcial, estruturas económicas, valores morais e sistemas de ideias superiores nitidamente aos do seu agressor.

Nesse quadro é onde devemos situar, com espírito algo cético e descrido, uma boa parte do movimento

³⁵ A análise imparcial da revolução liberal e constitucional espanhola, inspirada pela Constituição de 1812 e cujo último capítulo é a guerra civil, 1936-39, é imprescindível para compreender o presente dos povos submetidos ao Estado espanhol, bem como para desenhar uma estratégia de emancipação múltipla. A refutação (incompleta) das mentiras académicas que neste assunto, precisamente porque é decisivo, são de uma desonestidade e virulência impressionantes, realizamo-la no cap. I do meu livro "La democracia y el triunfo del Estado". Esta revolução liberal foi, em essência, uma carniçaria continuada e um genocídio, na Galiza também, não menor e em ocasiões maior do que a realizada pelo franquismo, mas de muita mais duração: assim impôs-se a modernidade que a "ciência económica" venera, sobre montanhas de cadáveres e vertendo rios de sangue.

galeguista e nacionalista de antano, tanto como o de hoje, que não era, nem é, tão puro nem genuíno como alguns desejam fazer crer. Em primeiro lugar, há que deixar sentado um facto incontrovertível: se o galego chegou até hoje como língua viva não é devido a tais ou quais intelectuais urbanos, nem a este ou outro partido político, mas à ação de preservação da sua essência e, portanto, da sua língua, que realizam, numas condições bem dramáticas, *as classes populares*, sobretudo, as rurais. Visto que se negam a “nacionalizar-se” em espanhol e como espanhóis, sim sendo feito, ao menos parcialmente, por outros povos oprimidos situados sob os Estados francês ou inglês, resulta imprescindível criar coletivos e indivíduos que fizessem de canal de comunicação entre a comunidade rural, que pensa e se expressa em galego, e o Estado, que realiza ambas funções em castelhano. Essa é a base de uma boa parte, embora não de todos, como é lógico, dos movimentos cultos e urbanos galeguistas. Dito de outro modo: a sua função foi, e é, levar ao povo galego, em galego, a cosmovisão própria do aparelho de poder espanhol, que equivale a dizer que *utilizam a língua nacional contra a Galiza*³⁶.

³⁶ Isto tem sido bastante habitual. O caso mais notável, já no século XIX foi a publicação “O Tio Marcos da Portela”, aparecida em Ourense em 1876, a primeira totalmente em galego, dirigida por um intelectual urbano de ideologia progressista, Valentim Lamas Carvalhal, autor também de “O catecismo do labrego”, de expressivo título, que encontrou um certo eco. Nela não aparecia o campesinato como era, mas como devia ser segundo a ideologia do progressismo. O que foi a gente rural determinase a partir da sua prática social, não a partir de versões interessadas elaboradas por indivíduos ou coletivos que não faziam parte dela, e que costumavam escrever com segundas intenções, embora os setores agrários mais modernos, mais aburguesados, consumissem tais produtos literários com mais ou menos gosto. Lamas Carvalhal não representa a grande maioria do campesinato galego, da mesma maneira que J. M. de Pareda não é o porta-voz do mundo agrário cántabro, nem Machado, Azorín ou Delibes do castelhano, nem os irmãos Álvarez Quintero do andaluz. Em realidade, todos elaboraram literatura de manipulação e denegrimiento do

Talvez alguém fique escandalizado ao ler o anteriormente dito mas, se assim for, deve dar uma vista de olhos a "Galicia: éxodo y desarrollo", A. Míguez, de 1967, já citado que, em várias ocasiões, nomeando organismos internacionais, recomenda a utilização da língua do povo para levar ao coração mesmo da Galiza os postulados desenvolvimentistas, industrialistas, tecnoentusiastas e capitalistas, isto é, espanhóis e espanholistas, que o autor pondera, por mais que escreva em castelhano. O não admissível é ver citados tais ou quais ideocratas urbanos do passado imediato da Galiza como salvadores do galego, com esquecimento de quem realmente o manteve e conservou amorosamente, *o povo, a gente rural galega, sobretudo*, que na obra de Míguez é coberta de epítetos insultantes, até ao ponto de às vezes dar desejos de cessar a leitura por não poder suportar a sua agressividade verbal, enquanto campeão do espanholismo modernizador mais sofisticado, que exorta a utilizar o idioma galego para triturar ao povo galego.

Portanto, há um espanholismo em castelhano e um espanholismo em galego.

Se a Galiza fosse uma colónia de Espanha, como no seu dia foram Cuba, as Filipinas e Marrocos, o coerente é demandar a independência, situando-a como elemento axial da estratégia. Ao não preconizar tal fórmula, ao reduzir a uma forma falseada de pacto federal, Beiras coloca-se em evidência, mostrando que nem ele próprio crê na teoria da dominação colonial, que simplesmente utiliza para dotar de ênfase e efetividade aos seus delírios industrialistas, hipermodernos e antirrurais. Reparem, pois, no incongruente do seu aparelho argumental, que

rural, que desde meados do século XIX até há só uns decénios constituiu um género próprio, bem pago pelas instituições. Consultar "Xornadas sobre Lamas Carvajal", VA. Também, "Os intelectuais do agrarismo. Protesta social e reformismo agrario na Galicia rural, Ourense 1880-1936", R. Soutelo Vázquez.

oferece como remédio a essa pretendida situação não a independência nacional, mas a *revolução industrial*. A sua ideia é que um rápido desenvolvimento da burguesia industrial, isto é, da classe empresarial, resolveria o problema do que denomina dependência”, focagem que resulta ser uma soma de incoerências que se explicam por um critério: vale tudo contanto que avance a acumulação de capital. Mas o estabelecimento de desequilíbrios entre territórios é próprio do regime da grande empresa, cuja essência é a especialização produtiva, supostamente realizada conforme ao princípio da vantagem comparativa, o qual atribuiu à Galiza, por um tempo, a função de fornecedor de produtos primários.

Resolver esta questão exigiria, no século XIX, ter posto fim ao capitalismo, expropriando sem indenização a burguesia e o ente estatal, e criando um sistema de desenvolvimento autocentrado, fundamentado na soberania do município, também econômica, o qual permitiria um regime de autoabastecimento, não capitalista, com o mercado, a indústria, a tecnologia moderna e o dinheiro reduzidos ao mínimo. Isso teria feito da Galiza uma soma integrada de municípios soberanos e autossuficientes no produtivo (conquanto isto último só até aonde é fácil de fazer, de maneira relativa), portanto uma nação livre, soberana também no econômico, dispensada de levar as suas matérias primas e alimentos ao mercado tanto como de pagar fortíssimos tributos ao Estado (espanhol). O modo de proceder do autor citado é o de todos os social-democratas que, por um lado, são devotos do capitalismo e, por outro, deploram verbalmente alguns dos seus excessos, a fim de fornecer às massas umas poucas satisfações emocionais. Com isso *idealizam* esse modo de produção, a que apresentam como capaz de satisfazer todas as necessidades dos seres humanos, uma vez que tenha sido convenientemente reformado conforme ao credo social-democrata.

Mas havia outra saída à situação do país galego nessa centúria, que foi a que realmente aconteceu. O desenvolvimento do sistema industrial foi realizando-se, nos territórios dominados pelo ente estatal cuja cabeça se situa em Madrid, por vagas. Primeiro teve lugar em Barcelona e noutros territórios do norte e centro da Catalunha, Bilbao, Astúrias, Alcoi e algumas áreas da Andaluzia (desindustrializando-se depois). Chegado o fascismo a revolucionar a economia a toda a costa, tem lugar uma segunda vaga que vai afetar, desde os anos 50 do século XX, mas muito especialmente nos 60 e 70, a Madrid, a Galiza costeira, Valladolid, Guipúscoa (já na fase anterior parcialmente industrializada), Nafarroa, Araba, sul da Catalunha, Saragoça, Ciudad Real (Puertollano), Huelva, Sevilha e outros espaços. Beiras o que faz é dar suporte, na língua nacional, a tal operação, exigindo que seja o mais rotunda e completa na Galiza.

Quando fala de descapitalização, de saída para o exterior de recursos e poupanças, o que é muito real, não diz que acontece em todas as zonas agrárias, onde as instituições e a banca drenam capital, que se realiza e acumula ali onde a indústria (e depois os serviços) é pujante, além de nas grandes cidades, um facto antes de mais *político*, não económico. Mas desde os anos 50 talvez isso já não seja assim, pois a Galiza conhece fortes investimentos de capital, estatais e privados, que provavelmente tenham contribuído mais do que a poupança galega gera, questão que, como resulta lógico, deveria ser quantificada e estudada, para ter segurança de a realidade ser desse modo. Seja como for, a verdade é que a industrialização da área marítima galega nesses decénios é outro dado que põe em questão a teoria do colonialismo, pois a Galiza, sob o franquismo, *teve a sua revolução industrial*, não tão colossal, fabulosa e total como Beiras e os seus seguidores desejavam, mas nada desde-

nhável³⁷. Uma reflexão, não obstante ao dito, a remarcar é que se devia *estudar* a função de Ferrol, enquanto principal base naval da frota de guerra espanhola, na industrialização da Galiza, pois é sabido que ela mais o aparelho militar costumam ser realidades coincidentes, até ao ponto de em todas as partes, em todos os países do planeta, ser este aparelho quem mais demanda a industrialização, assunto que permite julgar de um ponto de vista ainda mais severo “O atraso industrial da Galiza”.

A sua posição sobre a questão nacional galega é peculiar. Em “Constitución española e nacionalismo galego: unha visión socialista (sic)”, 1985, expõe o seu ideário, o “Pacto Federal”, formulado pelo “Consello de Forzas Políticas Galegas” em 1976, cujo Manifesto aparece como anexo no mencionado livro. Neste não há nada de original e, muito menos, nada especificamente galego ou nacionalista galego autêntico, pois é uma cópia, adaptada e atualizada, de um dos documentos próprios do patriotismo espanhol mais estomagante, o “Proyecto de Constitución Federal de la República Española”, apresentado aos cortes constituintes de Madrid durante a I República espanhola, em julho de 1873, que finalmente, pelas vicissitudes políticas desse tempo, não se pôde converter em nova Constituição defensora da “unidade de Espanha” com muita demagogia republicana, “federal” e progressista.

O Partido Galeguista, desde a sua constituição em 1931, defendeu um programa supostamente federalista, sob a influência do funesto Pi i Margall, um dos pais intelectuais do “Proyecto...” de 1873, que depois lhe levou, como é lógico, a dar suporte ativo ao “Estatuto de Auto-

³⁷ Para os dados do processo, desde a protoindustrialização do século XVIII até hoje, o livro adequado é “Atlas de la industrialización de España, 1750-2000”, de Jordi Nadal, obra monumental, com CD-ROM incluído, que faz cópicos esforços para ocultar o óbvio, que foi o fascismo espanhol a principal força industrializadora, escamoteio da realidade em que coincide com Beiras.

nomia da Galiza” preparado sob a II República espanhola. Este procurava reafirmar a desigualdade e opressão nacional nas novas condições políticas, o qual é expressado no art. 1 da Constituição da República Espanhola, onde se declara “Estado integral”. Isso leva a falar de “regiões” com direito a um “regime de autonomia”, art. 8, bem como a manter a dominação colonial sobre Marrocos, o qual põe em evidência a natureza da II República, espanholista e imperialista. Aquela política dotou de uma focagem equivocada ao nacionalismo galego, que agora é necessário superar, reformulando, além disso, a questão nacional conforme as circunstâncias atuais, muito diferentes às dos anos 30 do século passado. Para começar, hoje a Galiza é um país de assalariados urbanos bilingues da indústria e os serviços, explorados pelo Estado (espanhol) e o capitalismo (multinacional em boa medida), enquanto naquele tempo era de camponeses, marinheiros e artesãos monolíngues, na maioria dos casos proprietários dos meios de produção que utilizavam. Copiar acriticamente o passado, sem diferenciar nele o correto do erróneo, é errar em dobro³⁸.

O anteriormente citado documento de 1976 inicia-se com a proclamação solene do “princípio de autodeterminação nacional” e com uma reivindicação da “soberania política da Galiza”, um e outros direitos inalienáveis, acrescenta, do “Povo Galego”. Uma vez esgrimidas tão solenes frases passa ao substantivo, o “pacto federal”. Este deixa como está, em mãos de Espanha, o exército, a “representação exterior da Federação”, a política monetária e alfandegária, o regime jurídico, a legislação penal e a administração da justiça, isto é, todo o importante permanece **intacto**, ficando como “competências nacionais galegas” brincadeiras que

³⁸ Sobre as questões históricas implicadas consultar, “O Estatuto Galego”, Xosé Vilas; “O campesino galego en Castelao”, Pilar Vázquez, em “A Nosa Terra” extra 5-6, 1986, e “El Estatuto de Galicia (actas y documentos)”, B. Cores.

hoje estão na sua quase totalidade sob controlo do governo autonómico da Xunta, e que se reduzem a uma mera descentralização administrativa. Isso equivale a falsear, de um modo que só pode ser chamado de espanholista³⁹, o que é um verdadeiro pacto federal. Este, para ser digno de tal nome, exige que as entidades nacionais participantes operem em condições de rigorosa igualdade, de tal maneira que cada uma delas seja, previamente ao pacto, *soberana e igual* em direitos formais e capacidades reais à outra ou outras. Esta soberania e igualdade, em princípio, podem conseguir-se de duas maneiras, possuindo todas as partes pactuantes o seu próprio Estado (em essência, exército, polícia, aparelho administrativo, sistema fiscal e organismos *instrutores/aleccionantes*), ou tendo cada uma delas um sistema de participação de todas e todos na tomada de decisões por meio de assembleias locais coordenadas e dotadas de todos os poderes, sem ente estatal nem sistema capitalista.

É rejeitável que se apresente como “pacto federal” o que é só a aceitação de que todo o poder fique em mãos do Estado espanhol, enquanto a Galiza tem de se contentar só com retórica e mïgalhas, como faz esse atordado documento.

³⁹ Talvez para velar tal focagem política X. M. Beiras aparece como tradutor de “¿Patria ou Terra Nai? Ensaio sobre a cuestión nacional”, obra do marxista M. Löwy, publicada em galego em 1999. O texto é um exemplo do denominado marxismo de cátedra, que pretende resolver os problemas com citas de autoridades e meros exercícios axiomático-dedutivos, em vez de com a análise da realidade desde a realidade mesma. Tão tedioso exercício de escolástica só serve para pôr em claro a questão de fundo, que quem estão preocupados unicamente pela economia não podem entender a vida real, portanto, também não a questão nacional, levando-os a não compreender, afinal de contas, nem a economia. A realidade é não especializada e, por isso, os saberes especializados são recusáveis, pelo geral, meros pseudossaberes utilizados com propósitos de trituração das mentes e leccionação.

Certamente, uma solução federal pode ser legítima se é decidido pelo povo galego, ao exercer o direito de autodeterminação. Mas este e aquela só serão admissíveis se expressam a soberania da Galiza, isto é, se têm lugar uma vez que o último agente do poder espanhol tenha abandonado o território e a totalidade da tomada e execução das decisões seja realizada pelas galegas e os galegos. Nesse caso seria um pacto entre povos livres e iguais, que decidem pôr em comum uma parte das suas manifestações concretas de soberania, mas o que não é aceitável é chamar “pacto federal” ao supostamente fixado entre Espanha, que conserva todo o poder de decidir e ordenar, e a Galiza, que não tem nenhum digno de tal nome. Em realidade, depois disso está a admissão pura e simples da dominação espanhola, deixando a um lado a demagogia a que de vez em quando se entregam alguns nacionalistas autonomistas.

O direito de autodeterminação, ao se exercer, pode ter uma confluência federal, efetivamente, mas também, e com a mesma legitimidade, culminar na *independência da Galiza*, se tal o determina a maioria da sua população. Que tal documento não se refira a esta solução, ao tratar sobre autodeterminação, que se equiparasse sem mais com um “pacto federal”, manipulado aliás em benefício de Espanha, põe em evidência a condição duvidosamente nacionalista de quem lhe dão suporte. Autodeterminação equivale a livre fixação por um povo até então subjugado dos relacionamentos que deseja manter com o seu vizinho ou vizinhos, e inclui uma saída unitária, outra federal e outra de carácter independentista, sendo as três admissíveis, se emanam da soberania popular e se escolhe, uma ou outra, num ato electivo livre, que expresse a vontade política do povo que autodetermina o seu destino e futuro. É verdade que uma força política pode de antemão adiantar qual dessas três soluções considera melhor, mas com certas condições: a) enfatizar que

o ato de tomada da decisão, de exercício do direito de livre determinação, tem que se realizar uma vez que o povo seja soberano no âmbito do político, não baixo a dominação exterior, pois em tais condições o facto electivo não seria livre, b) a opção de plena independência é perfeitamente legítima, c) no caso das soluções unitária e federal a condição prévia, absolutamente necessária, é que todos os povos pactuantes sejam *iguais entre si*, isto é, *todos soberanos*, de maneira que não podemos aceitar que um deles imponha ao outro, ou outros, o seu aparelho estatal⁴⁰. Nada disso aparece no documento citado.

Todo o exposto prova que o nacionalismo dos seguidores de "O atraso económico de Galiza" é meramente circunstancial, uma artimanha política e verbal para melhor realizar o seu verdadeiro e em realidade único interesse, promover a industrialização e o desenvolvimento económico, que fica desse modo convertido numa espécie de "dever patriótico" para a gente galega. Isso é coerente com a posição política do autor do mencionado livro, ao que parece filiado a uma formação social-democrata operante na Galiza desde os anos 60 do século passado, próxima ao PSOE no ideológico e programático, para a qual a opressão espanhola sobre o povo galego é intangível e o capital uma realidade magnífica, pois *desenvolvimentismo é sempre capitalismo*. Como toda a social-democracia, dita

⁴⁰ Sobre o exercício do direito de autodeterminação, assunto a prender em toda a sua complexidade, para além das versões suspeitosamente simplificadas que com frequência se oferecem, enquanto procedimento para conseguir a igualdade e liberdade das nações e povos hoje submetidos ao Estado espanhol, se veja "La democracia y el triunfo del Estado", F. Rodrigo Mora. A Constituição Espanhola em vigor, de 1978, nega tal princípio, que aplicado coerentemente é de carácter democrático, isto é, revolucionário, para o qual se vale do chamado "direito à autonomia", art.2, uma prova mais de que não é democrática, mas um documento político-jurídico que organiza uma das piores ditaduras conhecidas, o qual goza do favor, diferenças de segunda ordem aparte, do nacionalismo autonomista galego.

organização política é firmemente estatofílica, visto que se declara a favor do Estado de bem-estar, isto é, do Estado espanhol de bem-estar: propostas as coisas assim, não há solução para o facto nacional galego.

Desembocando, finalmente, todo isso na aceitação, com mais ou menos demagogia, do Estado das autonomias, isto é, da nova forma de dominação da Galiza por (o Estado de) Espanha.

Tal solução deixa sem resolver o problema de a Galiza, enquanto comunidade humana *diferenciada*, com a sua própria língua, história, cosmovisão e cultura, por tanto, dissemelhante qualitativamente de Espanha, não ser livre nesse sentido, ao não ser soberana, o qual é indiferente com que seja rica ou pobre, tenha mais ou menos indústria ou o seu PIB e renda por pessoa atinjam tal ou qual nível. O concludente é que as decisões substantivas que afetam a Galiza hoje seguem a ser tomadas em Madrid, e que o povo galego não se autogoverna mas é governado, sendo o aparelho autonómico uma simples secção do artefacto estatal espanhol, como ordena a totalitária Constituição Espanhola de 1978, em vigor. Tudo isso são realidades objetivas, que estão aí e que não podem ser ocultadas ou tergiversadas, nem a partir de um nacionalismo galego de mentira nem também de uma verdadeira mentalidade “internacionalista” que, apesar da boa fé dos seus sustentadores, termina confluindo com o nacionalismo espanhol, portanto, com o Estado espanhol. Efetivamente, no conflito entre povos, ou nações, *desiguais* não há uma terceira solução, não há nenhum espaço de abstrato “cosmopolitismo” ou “internacionalismo” onde nos refugiarmos, de maneira que, se não estamos com uma das partes, estamos com a outra.

Já estamos em condições de fixar, a partir da experiência política, o que significa e em realidade contém a doutrina do “domínio colonial” da Galiza. Reduz-se a dous assuntos, a abençoar o domínio político, que é o

decisivo, de Espanha sobre a Galiza na forma autonomista atualmente em vigor, e a exigir um desenvolvimento ainda mais rápido do capitalismo no país galego, o qual redundaria em benefício do capitalismo espanhol, como foi dito, e do Estado espanhol, pois a mais nível produtivo maiores impostos percebe este na Galiza. Aqui manifesta-se outra das formas do espanholismo de dita enunciação, já que fortalecer o aparelho de dominação espanhol é o maior prejuízo que se pode fazer ao povo galego. Tal formulação é, não esqueçamos, uma forma de militarismo, aliás, pois quanto mais riqueza industrial mais poder, atual e potencial, do aparelho militar (espanhol).

Podemos resumir o exposto da maneira que segue. Perante o facto objetivo de Galiza como nação diferenciada, é possível tomar duas soluções e duas pseudossoluções. As duas primeiras são: a) preconizar que a Galiza recupere a sua soberania dotando-a de um Estado próprio, b) sustentar que a Galiza será soberana nacionalmente quando o seu povo se organizar em assembleias populares omnigovernativas. A partir de cada uma das opções é exercido o direito de autodeterminação, e fixado nele uma forma concreta de relacionamento, ou de não relacionamento, com Espanha. As duas fingidas soluções são o falso pacto federal apoiado por quem sustenta que a Galiza é uma "colónia", e a proposta autonomista institucional do PP e do PSOE, embora em realidade ambas sejam a mesma cousa, pois aquela focagem é uma maneira pudorosa de admitir o sistema vigente. Estas duas formam o espanholismo militante hoje na Galiza.

A pretendida alternativa estatalista, olhada mais de perto, está cheia de problemas e inconvenientes, contribuindo uma solução muito insuficiente e no essencial ilusória ao facto nacional em geral, portanto também ao galego, bem mais no século XXI. Em primeiro lugar, há que lembrar que são muitas as nações antano oprimidas que se fizeram aparentemente livres e soberanas conquistando um Esta-

do próprio, mas que observadas mais de perto, manifestam carências substanciais. É o caso da Irlanda, com o Estado marginando o gaélico (embora diga protegê-lo) e tendo convertido o inglês na língua estatal, obrigatória de facto para todos, até ao ponto que, pelo que parece, os dias da velha e formosíssima língua celta, que tanto em comum tem com os idiomas celtas que até há dous mil anos se falaram na península Ibérica, estão contados, infelizmente. A Irlanda é um país em muitos elementos substantivos dependente e subordinado, pois as elites despóticas que subiram ao poder no processo da independência formal e se organizaram como ente estatal, alheio ao povo e contra o povo, ao viverem da sua exploração, atiraram-se aos braços dos antigos dominadores, como proteção e salvaguarda dos seus privilégios.

Mais tremenda é ainda, como dissemos, a situação noutro caso concreto, bem famoso, a Argélia. Aqui, pura e simplesmente, a independência através da instauração de um Estado "nacional", de um poder e uma capacidade de ferir os diversos povos a ele submetidos que sobressalta, significou o passo de uma situação colonial a outra neocolonial, com os EUA substituindo a França que, no entanto, ficou como potência imperialista de segundo nível. O Estado "nacional" argelino, um regime fascista de partido único, o FLN, com quem no seu dia X. M. Beiras teve relacionamentos políticos, surgido da independência fictícia proclamada em 1962, depois de 8 anos de guerra contra o colonialismo francês, é um aparelho criminoso ao serviço de uma oligarquia corrupta, gastadora e ávida, que impõe o Islão como religião oficial, e que põe em prática contra as classes populares procedimentos terroristas e perversos em grau sumo. Os diversos povos submetidos ao ente estatal argelino, em especial os amazigh (em Kabília), que estão a ser arabizados a viva força, carecem de liberdade, nacional, política, de consciência, religiosa e civil, estando agora tão oprimidos e espoliados como baixo a bota fran-

cesa, se não mais⁴¹. Se em algum lado se tem desmascarado a solução estatista à dominação nacional é neste país, quando já tem decorrido meio século da independência formal. Dito seja de passagem, a “libertação” da Argélia não só não industrializou o país, como teria de ter acontecido segundo a teoria de Beiras Torrado, mas que praticamente aniquilou a sua agricultura, antes de 1962 bem mais rica e diversificada, e o artesanato popular, criando uma economia aberrante que mal vive da exportação de uma só matéria prima, o gás, de maneira que, de acreditarmos nesse autor, agora é mais “colônia” do que nunca.

O caso da Argélia é mais um, apesar do seu peso e importância, entre os muitos exemplos fornecidos pela experiência no último meio século do fracasso da solução estatista ao problema da dominação nacional. Tremenda é a situação na Coreia do Norte, atroz o regime fascista islâmico do Irão, também “anti-imperialista”, e muito deplorável o estado de cousas nas antigas colônias portuguesas, supostamente agora “nações livres e soberanas”, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau⁴². Converti-

⁴¹ Consultar o livro “Apología por la insurrección argelina”, Jaime Semprun, que analisa o levantamento popular do povo berbere amazigh, em 2001-2002, reprimido pelo Estado argelino saído da independência, construído pelo totalitário FLN, que dirigiu a luta contra o colonialismo francês, não em proveito dos povos submetidos, mas no seu próprio e da nova burguesia de Estado que se beneficiou do “socialismo argelino”. Aquele levantamento foi reprimido com centos de mortos e milhares de feridos e detidos. Os *amazigh*, que têm por língua o tamazight, sublevaram-se contra “a opressão sofrida desde 1962”, pois o FLN e os seus continuadores atuais pretendem impor-lhes a cultura “árabe-islamista”. Todas as lutas anticoloniais têm desembocado em formas ainda mais severas de opressão e dominação das classes populares e das minorias nacionais. Como experiência histórica foi um *fracasso*.

⁴² Um ânimo melancólico, e amargo, suscita hoje a leitura de, por exemplo, “El nacimiento del estado por la guerra de liberación nacional: el caso de Guinea-Bissau”, de Paulette Pierson-Mathy, 1980, o qual trata em chave laudatória a guerra contra o colonialismo português nesse país africano, que atingiu a independência formal em

das em sociedades muito degradadas, talvez horríveis, inclusive, por causa dos aparelhos estatais em que, da mão dos novos opressores, as elites que levaram adiante a luta anticolonial, se constituíram como força politicamente dominante, com um exército que é o amo do país e um capitalismo de Estado tão corrupto e explorador como incompetente. A sua dependência do exterior, no político, cultural, mediático, financeiro, tecnológico e económico, é agora tão grande, embora se exprima com procedimentos algo diferentes, como no passado colonial, se não mais, de maneira que naquelas a liberdade nacional é uma tarefa por realizar. Se observarmos o acontecido no Vietname depois de 1975, com um hiper-Estado dedicado a privar o povo de todas as liberdades, o qual agora está a entregar-se económica e financeiramente a quem com tanta eficácia como justiça, derrotou naquele ano, ao imperialismo norte-americano. Dos casos da Nicarágua, El Salvador, Cuba e tantos outros é legítimo, e necessário, sustentar juízos igual de condenatórios. Tudo isso demanda submeter a crítica e revisão severa um dos textos principais do anticolonialismo, "Os condenados da terra", de F. Fanon.

Um elemento de análise a ter em conta é que depois da sua vitória na II Guerra Mundial, os EUA estavam desejosos de pôr fim aos já antiquados procedimentos de domínio colonial para os substituir pelos novos e bem mais efica-

1974. Muitos anos depois o menos que podemos dizer de tudo isso é que resultou num *rotundo fracasso*, visto que hoje as suas gentes conhecem formas de opressão, degradação e exploração terríveis. A autora, dedicada acriticamente a apoiar o "anticolonialismo" da época, extasia ante o "partido de vanguarda" desse país, o outrora famoso PAIGC, enquanto grande grupo mandante monopolista e totalitário de que saiu a atroz oligarquia que hoje, já desentendida de toda retórica e de toda a ideologia que não seja a do poder e do dinheiro, vive a expensas do povo, numa situação de rígida dependência neocolonial. Os intelectuais "comprometidos" que antano aclamavam tais lutas hoje guardam silêncio sobre os seus efeitos, pavorosos.

zes de opressão neocolonial. Isto equivalia a acantear as velhas potências europeias em benefício do novo poder ascendente, o imperialismo norte-americano, o qual explica, por exemplo, que a Espanha franquista abandonasse Marrocos em 1956, assim que foi ordenado pelos EUA. Isso supõe dizer que as lutas então livradas eram só formalmente revolucionárias e nacionais, manifestado, sobretudo, no seu programa que inclui a criação de um forte Estado nacional, capaz de reprimir, oprimir e explodir o povo, o qual era imprescindível ao novo neocolonialismo para manejar ao seu desejo ao país. Assim foi feito e agora, decênios depois, à vista estão os resultados. De tudo isso o que tem saído, finalmente, é um desenvolvimento descomunal do Estado e do capitalismo dependente em todos os países. Além disso, é risível defender que a Galiza continue a ser uma "colônia" quando a Era do colonialismo há decênios que desapareceu a escala planetária: quem tal argui está fora da realidade.

A conclusão é clara. Depois de ser aplicada a solução estatal, conforme à linha preconizada pela nova potência ascendente, os EUA, em numerosos países carentes de liberdade nacional, nem num só tem proporcionado quase nada digno de apreço ou apoio, quando já tem decorrido bastante tempo para realizar um balanço confiável. Aquelas lutas, que tanto sofrimento humano ocasionaram e que eram em princípio necessárias, legítimas e justas, só têm servido para passar do regime colonial ao neocolonial de dependência, bem mais estável e eficaz como poder de dominação, portanto mais duro para o povo. Isso demanda uma reavaliação radical de ditos acontecimentos, com o fim de estabelecer uma nova linha e programa.

A Galiza tem de libertar-se a partir de recriar no futuro, a um nível superior e conforme às realidades do século XXI, o que foi no passado, quando era livre, autónoma e vivia desde si e por si. O sistema de concelho, ou assembleia geral de todas e todos os adultos no plano autár-

quico, que Castelão descreve com carinho, indica que devemos caminhar para um regime de governo popular por meio de assembleias omnissoberanas, coordenadas territorialmente entre si, através da fórmula do mandato imperativo: isso equivale a realizar uma grande *revolução política*. Um governo por assembleias, e não um regime de ditadura constitucional, partitocrática e parlamentar, como é o atual, três vezes nefasto, por espanhol, estatal e capitalista, é o que corresponde, pois o único democrático (a democracia ou é direta ou não é), o único que permite realizar a vontade política de todas e todos os galegos e o único que pode constituir uma Galiza livre.

Este sistema de governo por assembleias não resulta de uma ou outra ideologia, mas provém do fundo mesmo da história da Galiza, e por isso mesmo tem de ser aceite por todas e todos, adaptando-o, como é lógico, às realidades do nosso tempo, do século XXI. Portanto, pode e deve ser propugnado por uma pluralidade de ideologias e correntes de pensamento, todas as quais deveriam coincidir nalguns pontos mínimos, para realizar a libertação política, económica, social e nacional da Galiza. Precisamente, a denominada "democracia representativa", essa ridícula expressão que nega o que afirma, pois se há representação não existe democracia, é a forma concreta que agora adota, no político, a dominação espanhola.

Tal solução, ao ser sem Estado, permitirá prescindir, do mesmo modo, do capitalismo. Quem acredite que podem ser criados tipos de Estado que consigam pôr fim ao capitalismo está errado. Não é o caso somente dessa patética confusão entre capitalismo de Estado e ausência de relações capitalistas, que continuam a defender os representantes mais obstinados das velhas receitas "anticoloniais", já meras velharias políticas que perderam todo o contacto com as realidades do século XXI. O mais substantivo do assunto está em que a experiência do último século mostrou que o Estado, em qualquer das suas formas, cria capi-

talismo de maneira inexorável. Assim aconteceu na União Soviética onde, aniquilada de facto a velha classe burguesa existente antes de 1917, o novo Estado socialista formou uma nova burguesia, que primeiro existiu dentro dele, no seio do partido comunista e nas estruturas de capitalismo estatal que se criaram e, num segundo momento, manifestou-se como burguesia no sentido clássico do termo, como classe empresarial privada e estatal-privada, desde 1991. Na China aconteceu o mesmo, e em numerosos países também. Isso coincide com a experiência histórica de emergência e constituição do sistema empresarial no Ocidente europeu, que no medular é criação dos entes estatais a partir do século XVIII.

Se o Estado gera capitalismo, o capitalismo, na fase atual, nomeadamente nas nações de curta população, é *incompatível com a emancipação nacional*, devido ao fenómeno da *mundialização*, que alguns, demasiado devotos do inglês, denominam *globalização*. Sem abordar a análise da mundialização, embora com outros pressupostos reflexivos que os contribuídos pelos intelectuais que se fizeram com a direção do movimento “antiglobalização”, já praticamente desaparecido, política de infausta memória pela sua natureza estatófila, não se pode propor corretamente a ação pela igualdade e emancipação das nações. A sua meta é a uniformidade completa, a aniquilação do singular e diferente, portanto, a destruição das nações, das línguas e das culturas, para que uma, a que se manifesta em inglês e procede dos países anglo-saxões, impere. A mundialização não é um fenómeno atual, pois leva séculos a forjar-se, mas nos últimos decénios deu um salto adiante de tanta importância que se pode considerar como uma transformação qualitativa. Deixando a um lado as versões economicistas de tal acontecimento, sempre simplificadoras, há que tentar captar na sua manifestação política atual, em primeiro lugar.

Este consiste em que o Estado de uma pretendida nação, os EUA, se expandiu por todo o planeta, possuindo a dia de hoje 770 bases militares em 40 países, e tendo como suporte um aparelho militar de 1,4 milhões de soldados (mulheres e homens), umas 9 000 cabeças nucleares e um orçamento explícito anual de 400 000 milhões de dólares. É, portanto, o Estado que domina todos os demais Estados do planeta, cada um deles utilizando formas específicas que se adaptam às situações particulares. É, ao mesmo tempo, o Estado polícia planetário, e quem está a gerar um número enorme de organismos internacionais, de muito diversos cometidos, para governar o mundo conforme aos seus interesses estratégicos. De tudo isso resulta um fenómeno linguístico altamente inquietante, a ascensão ao que parece imparável, do inglês, enquanto idioma oficial do ente estatal dominante, que está a liquidar diversas línguas nacionais e de povos, e que extinguirá centos delas mais em muito pouco tempo e talvez a maioria, ou todas, em longo prazo, se não tem lugar uma reação contra o suficientemente enérgica. Este idioma é o fundamento da colossal indústria mediática e indústria do lazer que estão a operar no âmbito planetário, o qual o converte no veículo número um das atividades de doutrinação de massas a escala descomunal, tanto mais necessárias quanto a realidade social mundial se torna mais irracional pela pressão das elites mandantes. Este ensinamento tritura as outrora culturas nacionais, que estão a ficar como relíquias do passado a confinar nos museus, donde tem de sair uma aculturação de massas, uma perda da própria identidade e raízes de proporções antes nunca vistas, ao afetar a milhares de milhões de pessoas.

A Galiza não é alheia a isto. Note-se a constância e teimosia com que a Xunta, do PP, leva insistindo, desde 2009, sobretudo, em que se deve estabelecer “um modelo educativo em castelhano, galego e inglês” e afirmando

que “o futuro é incorporar o inglês”. Depois disso há uma vasta operação para alargar os uniformistas efeitos da mundialização, a escala planetária, que pode converter num ataque demolidor ao galego, a médio prazo. Há que ter em conta que no exército espanhol cada vez mais é utilizado o idioma inglês para a transmissão de certas ordens (especialmente nas ações militares que dependem da tecnologia), o qual vem a significar que inclusive ao castelhano lhe espera um futuro nefasto, pois provavelmente em 3 ou 4 gerações terá desaparecido enquanto língua viva, de não ter uma reação contra, o qual adverte que o galego, bem mais minoritário, tem perante si um porvir ainda mais lúgubre. Quem põem isto em dúvida é porque não têm compreendido bem a força, múltipla e descomunal, que tem hoje o poder-poderes a escala planetária, na era da mundialização, em boa medida pelos erros (se é que todos eles se podem denominar tal) tão fundamentais cometidos nos últimos 150 anos pelos movimentos que se dizem radicais e antissistema. Portanto, é necessário deixar a um lado a mentalidade de vítimas, tão cómoda, mas tão estéril e inclusive suicida, e a autocomplacência para passar a exercer, passo a passo, a autocrítica. De não atuar desse modo, nuns decénios, o pouco que fica dos radicalismos terá desaparecido, muito provavelmente, significará a criação de uma sociedade planetária do conformismo total, da uniformização de toda a humanidade, do triunfo completo do Estado-Estados.

A economia integrada e mundializada tem ao dólar como moeda planetária, com o complemento do euro, que evolui à sua sombra, o qual concorda com o princípio de que o Estado faz o dinheiro, neste caso o Estado mundial fabrica o dinheiro mundial. Por todos os lados, as grandes empresas multinacionais operam à sombra do poder militar imperial, que as salvou do desastre quando a crise económica iniciada em 2007. Entre a ação do Estado número um, com a sua comparsa de Estados ou blocos de

Estados satélites, a UE em primeiro lugar, acompanhado pelas grandes empresas multinacionais e justificado pelos organismos internacionais dedicados a isto ou o outro, está a deixar vazia de conteúdos a soberania nacional da grande maioria dos países do planeta, a qual é já pouco mais que mera retórica sem substância, visto que quem toma as decisões principais é o império e os seus leais.

Ao mesmo tempo uma horrenda ideologia do cosmopolitismo está a expandir-se entre as classes médias de numerosos países, segundo a qual é estupendo não ter raízes, abominar do próprio povo, se troçar do que foi e existiu, cuspir sobre os nossos antepassados, se desencadear contra todo o local, mitificar o inglês e praticar um “internacionalismo” caricatural, cujo primeiro mandato é viajar sem trégua a milhares de quilómetros do próprio local de residência, enquanto nunca se encontra tempo para ir conhecer as aldeias donde procedem as avós e avôs⁴³. Nas nações oprimidas essa mentalidade está a devastar a consciência nacional, pois costuma ser a dominante também entre quem se dizem independentistas que, salvo exceções muito a celebrar, mal se interessam pelas suas próprias raízes, históricas e culturais, pois só confiam em soluções de tipo politicista, *sem se implicar pessoalmente tanto como devessem nas metas políticas que preconizam*, já que esperam que sejam as instituições (isto é, o Estado espanhol) quem resolva os problemas da língua, o legado histórico e a preservação da cultura autóctone.

⁴³ Sobre esta questão, “A revolución non se fai viaxando”, Eliseo Fernández, em “Marea Negra” nº 14, 2006. O ato lúdico de viajar é uma forma de consumo, o denominado consumo visual, que com frequência se pretende ocultar alegando motivos “elevados”, como o desejo de “ajudar” a tais ou quais povos do Terceiro Mundo, segundo uma ideologia paternalista, neorracista, muito em boga nos ambientes “radicais”. O melhor modo de ajudar é não “ajudar”, deixando esses povos em liberdade para serem eles próprios, sem intromissões estranhas, sempre funestas em longo prazo.

O fenómeno da *mundialização*, como destruição ao mesmo tempo do local e do amor pelo local, com criação de multidões em tudo uniformes, começando pela língua, bem como de seres aculturados e desenraizados, põe sobre a mesa problemas novos e de uma gravidade descomunal, que distam muito de estarem resolvidos, mas sim é possível extrair já algumas conclusões. A mais importante de todas é que na era da mundialização a solução estatista para a opressão nacional é *inoperante* e *contraproducente*. Inoperante porque, em último termo, é o povo, e não o Estado, quem resulta verdadeiramente poderoso, e faz falta muita energia e força para resistir e vencer ao formidável par Estados neocoloniais e empresas multinacionais. Contraproducente porque o Estado nacional, embora num momento inicial possa tomar algumas medidas para afirmar à própria nação contra as forças externas aniquiladoras, ao ir-se agravando a contradição povo/Estado, termina por arregar-se nos braços dos poderes neoimperiais, como aconteceu em todos, absolutamente todos, os casos conhecidos dos últimos dois séculos, desde a emancipação das colónias americanas de Espanha, no século XIX, até ao presente. Isso equivale a dizer que uma nação oprimida, hoje e aqui, não pode se permitir que a existência da contradição entre o povo e o Estado a debilite em frente aos opressores e dominadores exteriores, de maneira que se tem de esta-tuir como sociedade dotada só de povo, sem ente estatal, portanto, sem essa contradição interna, embora sim com outras, como é lógico.

O meu livro "Naturaleza, ruralidad e civilización" é precisamente um esforço por afirmar o local e autóctone frente ao cosmopolitismo desalmado, de filiação progressista, que agora prevalece. É, em certa medida, uma resposta ao texto de F. Savater "Contra las patrias", expressão horrenda do novo "internacionalismo" e niilismo nacional que tem como verdade de fé que visitar Nova Iorque ou Londres um par de vezes ao ano, pelo menos, é o dever de todo bom

moderno, focagem hipócrita pelo demais, pois aquele é, como não podia ser de outro modo, um acalorado patriota espanhol. Se não fosse porque Savater carece de nível intelectual, por não dizer altura moral, para polemizar com ele, diria que o meu livro sustenta o asserto de a pátria de todas e todos nós ser a terra dos nossos antepassados, na qual temos de construir, fundindo tradição com revolução, uma futura sociedade livre, autogovernada e autogestionada, sem Estado nem capitalismo, em que o próprio e específico prevaleçam, que equivale a sustentar que ao internacional se aceda pela via do pequeno, singular e local. O bom acolhimento que o público tem dedicado àquele texto, apesar dos seus óbvios erros e deficiências, reconforta, e leva a pensar que com ele se toca algo muito íntimo, que está bem mais no interior das pessoas que a política, e que poder-se-ia definir como a necessidade de ter raízes, de proceder de algum local específico, de ser de uma terra e de uma paisagem, de fazer parte de uma cultura, uma língua, umas gentes e uma história centenária ou inclusive milenária, de saber que fazemos parte de um passado luminoso (embora com muitas sombras) e que a partir dele vamos construir o futuro (embora sem utopismos infantis, como exponho em "Crisis y utopía en el siglo XXI"), através do esforço e serviço desinteressados.

Quem continuam aferrados à ideia de todo o nacionalismo ser repudiável, e que o apropriado é um ponto de vista simplesmente cosmopolita (segundo uns) ou internacionalista (segundo outros) não conseguem compreender que tal focagem teve a sua razão de ser, parcialmente, no final do século XIX e uma parte do XX, quando os nacionalismos imperialistas, agressivos, urdiam atos de conquista e guerras, designadamente em datas próximas a 1914. Mas depois da Segunda Guerra mundial, com o triunfo absoluto dos EUA, a situação modificou-se. Agora já não se alenta o nacionalismo mas o cosmopolitismo, a marcha para uma eliminação das fronteiras, a aniquilação das culturas parti-

culares e a extinção das línguas, em benefício de uma nação, os EUA. Portanto, a defesa do singular e local, o esforço por manter vivo e operante o próprio, é um modo de resistir às poderosas forças económicas e políticas que desejam unificar, uniformizar, homogeneizar e “igualar” todas as nações. Naturalmente, há que demandar que esta luta esteja livre de chauvinismo nacional, de nacionalismo burguês, mas a melhor maneira de conseguir é situá-la como parte da revolução mundial, que considera a libertação dos povos não como o todo, não como a única questão a considerar, mas como uma parte, importante mas parte, do conjunto das tarefas que devem originar uma soma de comunidades livres, autogovernadas e autogestionadas, a escala planetária, *cada qual ela própria e todas fraternalmente unidas*. Obviamente, aqueles que hoje continuam a pensar em termos de há cem anos, sem ter compreendido as mudanças acontecidas, convertem-se, embora involuntariamente, em forças a favor do processo mundializador e, no âmbito de “Espanha”, em nacionalistas espanhóis.

Portanto, não há cabal solução à questão nacional agora, no século XXI, no terrível e muito difícil tempo da mundialização, desde posições estatistas. Precisamos uma revolução de enormes proporções, a realizar em grandes áreas, a escala continental diria, para lidar com as grandes forças atuais da reação, operantes a escala planetária. Efetivamente, sem revolução antiestatal e anticapitalista não há hoje nenhuma esperança para as nações oprimidas, porque todo o Estado cria capitalismo, e hoje todo o capitalismo é mundializado, além de que qualquer ente estatal termina entregando-se aos poderes planetários constituídos, para sobreviver, por temor do próprio povo.

O exposto fica reafirmado, aliás, pela firme determinação da patronal espanhola atual, em que está integrado o empresariado galego, de considerar “a unidade de Espanha” como algo não só intangível mas também indiscutível, fazendo constar regularmente em declarações de um indu-

bitável tom ameaçante. Isso significa que não há nenhuma solução à questão nacional, à da Galiza nem à das Canárias, Euskal Herria e Países Catalães, sob o capitalismo, pois se produziu uma fusão das diversas patronais, já há muito, talvez na segunda metade do século XIX, de que tem surgido uma classe empresarial unificada, compacta nacionalmente, isto é, espanhola, e aferrada ao Estado espanhol. Portanto, o nacionalismo, ou independentismo, dos povos hoje oprimidos, que não se propõe com rigor a questão da revolução anticapitalista, condena-se, pela força mesma dos factos, a derivar para o espanholismo, tarde ou cedo. Só as classes populares podem bater pela liberdade, a igualdade e a soberania dos povos.

Examinemos a questão da língua galega hoje, depois do exposto.

O primeiro e principal que há que compreender é que a meta última do Estado espanhol com respeito a ela será sempre uma e a mesma, a sua *destruição*, e só variará a estratégia para a atingir. Não pode ser de outro modo, porque o princípio de um Estado-uma língua tende a se cumprir sempre. Muitos acham que o galego pode ser mantido e preservado indefinidamente a partir das instituições autonómicas, por meio da política apropriada de normalização linguística”, estatuída em 1983, e depois alargada, por um franquista reciclado ao parlamentarismo, Manuel Fraga. Isto inclui duas asserções que não podem ser cridas. Primeira, que são as instituições, e não o povo galego, os garantes da língua e, segunda, que é o Estado espanhol, na sua expressão autonómica, quem vai salvar a língua galega. Ambas as proposições são aberrantes, visto que é o povo, não as instituições, quem a salvaguardou até agora, e porque atribui ao Estado espanhol, nada menos, isto é, ao seu sempiterno inimigo mortal, a função de potência redentora de um idioma que aquele odeia e recusa hoje, tanto como o odiava e recusava há cem anos. Neste assunto a estatolatria atinge níveis disparatados.

O certo é que desde há um decénio chegam regularmente notícias alarmantes sobre o retrocesso da utilização do galego na vida diária, e não só dele, pois veja-se a vertiginosa redução da percentagem de pessoas que utilizam habitualmente o catalão na área de Barcelona nos últimos anos. Isto quer dizer que a solução autonomista, institucional, legalista, estatolátrica, do problema não existe. É mais, tal manifesta-se nos factos *como a via mais efetiva, aqui e agora, para a aniquilação das línguas nacionais não estatais.*

O Estado sob o franquismo propôs-se extingui-las com procedimentos que poderiam ser qualificados de ataque direto e brutal continuado. Fracassou. Portanto, o Estado constitucional desenhou uma nova estratégia, adequada às condições atuais. Por causa do poder colossal que têm os meios de comunicação na "sociedade da informação e do conhecimento" as línguas nacionais se transformaram em línguas *políticas*, pois é muito pouca gente que ignora o espanhol, o qual na Galiza não acontecia há só 60 anos, quando massas compactas da sua população o ignoravam ou o conheciam tão escassamente que não era veículo adequado para a comunicação quotidiana. Portanto, a persistência no uso diário da língua nacional tem deixado de ser uma necessidade para se converter numa opção consciente, *política e cultural*, que resulta do nível de consciência, do sentimento de pertença, do amor à terra e também da recusa do processo mundializador, que procura a uniformidade completa da humanidade toda. Se esse grau de consciência e compromisso enfraquece, numa sociedade bilingue, e muito cedo trilingue, com o idioma oficial do Estado situado numa posição de privilégio nítido, e com o idioma do Estado mundial apertando a cada vez mais, as línguas não estatais estarão condenadas a desaparecer.

Consciente disso, o poder, central e autonómico, está a levar adiante uma complexa operação de trituramento em várias etapas. A primeira é persuadir a opinião pública em cada território nacional de ser ele, e não o povo,

quem garante o futuro da língua através de uma soma complexa de medidas protetoras de variada natureza, desde as coercitivas às de apoio económico. Trata de conseguir que o indivíduo médio *delegue nas instituições* a defesa e promoção da língua, que tal irá deixando de ser responsabilidade de todos e de cada um para passar a ser do aparelho autonómico, da bagunça partitocrático, mediático, professoral, administrativo e judicial-policial. Isso leva aparelhado o propósito de que, perante o povo o galego, neste caso, deixe de aparecer como língua oprimida e marginada. Conseguídos ambos os objetivos, já está realizado o principal do trabalho, pois feita irresponsável e tranquilizada a população, isto é, para a mobilizar, o castelhano, e a cada vez mais o inglês, começarão a ser eleitos “livremente” como línguas preferida por quem se têm desnacionalizado e degradado ao delegar nas instituições as suas tarefas e obrigações linguísticas.

Chegados a este ponto, uma vez que, no principal, a língua dependa do Estado espanhol autonómico, irá deixá-la cair, passo a passo, até a reduzir a quase nada. É o que, salvando as distâncias, fez o Estado irlandês com o gaélico na Irlanda, que esse perverso e hipócrita aparelho de poder, surgido de uma luta muito dura pela independência formal, está a deixar morrer em benefício do inglês, assunto em que uma grande parte de responsabilidade corresponde ao povo da Irlanda que, esquecido de quem é, apetece a língua dos dominadores bem mais que o idioma dos seus antepassados. Agora já só o fala e aprecia uma minoria, amanhã outra minoria ainda mais reduzida e depois de amanhã talvez já ninguém, como acontece com a meia dúzia de línguas que a cada ano são extinguidas no mundo. São os povos, não as instituições, quem decidem sobre a vida das línguas, e aqueles que apresentam a este como a solução estão a atuar, de maneira consciente ou inconsciente, em pró da destruição das línguas não estatais. Por isso, quem acham que o Estado é tudo e o povo nada, que

faz parte da teoria do "colonialismo", não estão em condições de fazer algo realmente útil pela língua galega.

Para que este tenha futuro precisamos, em primeiro lugar, refazer um movimento de resistência popular, revolucionário, nacional e internacionalista ao mesmo tempo, para que dele surja a convicção, o desejo, a paixão e a organização necessárias para que supere o presente momento, em que o galego está em retrocesso e à defensiva, não apesar do muito apoiado, subsidiado e protegido que parece estar pelas instituições autonómicas, mas precisamente por causa disso. Esse movimento tem de ser constituído sobre uma linha e programa que recuse o autonomismo, o atual e qualquer outro, bem como a falsa solução "federal" e a envelhecida retórica "anticolonialista", o qual tem de se assentar em três pontos básicos: a) Galiza como nação está hoje mais oprimida e desnaturalizada do que nunca; b) O galego, enquanto língua popular e nacional, está mais em perigo do que jamais o esteve anteriormente, c) Não há solução ao problema da língua, nem ao da sobrevivência e continuidade da Galiza como comunidade humana diferenciada, no seio da ordem estatal e capitalista: *é preciso uma revolução política.*

Estes três pontos têm de servir de chamada de atenção e de grito de alarme, o que será capaz de relançar a luta pelo idioma, que se tem realizar fora das instituições, na rua, por e com o povo, como ação subversiva intimamente ligada à meta de vencer e destruir o poder espanhol e o seu perverso rebento, o capital multinacional, para criar uma Galiza livre, isto é, sem Estado, espanhol ou "galego", nem também capitalismo.

Sem um projeto político renovado de luta não é possível que a ação em pró do galego saia dos gabinetes oficiais, onde aquele está a ser silenciosamente aniquilado.

Conclusão provisória

O atraso e senilidade do nacionalismo institucional surgido nos anos 60 e 70 do passado século, que agora dormita à sombra do Estado espanhol autonomista, é indubitável. Atado a ideias de outro tempo, que nem sequer então eram verdadeiras, é incapaz de fazer frente às novas realidades da Galiza e do mundo. A vida mudou, mas nega-se a se adequar às mudanças, atento unicamente às benefícios que lhe chovem do aparelho “galego” de poder às ordens de Madrid. Inclusive poderia admitir-se que em 1973 os mitos do progresso acelerado e o industrialismo fossem tomados como sistemas de ideias positivos, visto que se conheciam mal e pouco os seus efeitos práticos. Mas hoje, quase meio século depois, uma vez que ficou provada a sua natureza real, é necessário recusá-lo, oferecendo uma cosmovisão, metas e programa superadores.

Torna-se necessária uma reformulação da linha a seguir, depois de meio século de ter “O atraso económico de Galiza” como bíblia de um nacionalismo autonomista, apesar de ser parte integrante dos Planos de Desenvolvimento franquistas, *para abrimo-nos à realidade do século XXI* e, ao mesmo tempo, para fecharmo-nos argumentadamente à sua apologia do capitalismo mundializador, do desenvolvimento económico, da ditadura política parlamentarista, da destruição ambiental, da aniquilação do

galego, da tergiversação académica da história da Galiza, de sacrificá-lo tudo à produção, da falta de amor pela terra e o povo, de cosmopolitismo niilista, camuflado ou não de galeguismo, de estar de joelhos ante a “ciência económica”, da cega devoção pelo ente estatal.

Desde a constituição da Xunta, como bagunça autonómica e expressão liberticida, na Galiza, do Estado espanhol, passaram bastantes anos, já que foi em 1981. Nesse tempo mostrou para além de toda dúvida razoável a sua natureza real. Agora trata-se de articular uma política nova, que tenha em conta o acontecido no último meio século e parta da rica experiência acumulada, cuja meta tem de ser a revolução política, económica e axiológica, o internacionalismo militante e a libertação nacional.

A função cumprida por “O atraso económico de Galiza”, de difusão das ideias capitalistas, estatistas (sobretudo, devoção pelo Estado de bem-estar como aparelho estatal “social”), espanholistas, tecnolátricas, academistas e consumistas entre as massas rurais, que estavam a resistir bastante bem à sua integração na ordem constituída, é a que em todas partes desempenhou e desempenha a esquerda. Este é o veículo de que se serve o poder para atrair aos seus projetos os setores populares que com outros procedimentos são dificilmente mobilizáveis. Hoje deu-se um passo mais nessa direção, de maneira que a esquerda é a melhor ferramenta política do capitalismo nos países em que há certa resistência popular, onde é necessário atrair as massas às maravilhas e prodígios sem conto do capitalismo e da hipertrofia do ente estatal. Um exemplo perfeito disso é fornecido pelo PSOE, que foi e é o partido preferido do capital e do ente estatal desde o fim do franquismo, portanto, o herdeiro e continuador do Movimento Nacional franquista nas novas condições de ditadura constitucional, partitocrática e parlamentar. Na Galiza essa função compartilha-a com a esquerda autonomista, que se diz nacionalista, sempiterna aliada-subordinada do PSOE.